



# Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas Sem Abrigo

## 2014-2018



### **Coordenação - Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo (GPISA):**

- CMC/DIPS – Teresa Casaleiro (Coordenação); Ricardo Caldeira;
- ISS- Serviço Local de Cascais –Mariza Marques;
- ACES de Cascais – USP – Bárbara Dixon;
- Coordenadores Equipas de Freguesia – Filipe Silva (CC Paróquia Carcavelos); Susana Monteiro (DIIS/CMC); Helena Bila (DIPS/CMC); Maria do Céu Rito (JF Parede);

### **Participação e colaboração de representantes de outras Entidades Concelhias:**

- Equipa de Tratamento do Eixo Oeiras Cascais – Maria Cândida Santos;
- Centro Comunitário Paróquia de Carcavelos – Luis Carrasco;
- SER + - Ana Nunes e Joana Tavares de Almeida;
- Clube Gaivotas da Torre – Alexandra Pereira e Mafalda Palmares;
- Equipa de Saúde Mental Comunitária Cascais (CHLO) – Maria Helena Baião; Ingrid Conceição;
- CASA – José Luis Ovelha; Arminda Oliveira;

### **Participação e colaboração da Divisão de Intervenção Social do DHS:**

- Carlos Gaspar; Liliana Bevan, Helena Vasco; Margarida Sampaio;

Cascais, março de 2014

## ÍNDICE

1 - Introdução	3
2 - Princípios Orientadores	5
3 - Conceito de Sem- Abrigo (Adotado pela Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem Abrigo 2009-2015 - ENIPSA)	8
3.1 - Identificação dos Fatores de Risco e Mecanismos de Desencadeamento da Situação de Sem-Abrigo	8
4 - Dados de Avaliação do Plano 2010-2013. Ponto de Partida Plano 2014-2018	10
4.1 - Avaliação Qualitativa	10
4.2 - Avaliação Quantitativa	12
5 - Eixos, Objetivos e Metas de intervenção	15
5.1 - Eixo 1 - Conhecimento do Fenómeno	15
5.2 - Eixo 2 - Qualificação da Intervenção	16
5.3 - Eixo 3 - Prevenção	21
6 - Ações por Eixo da ENIPSA	23
7 - Estrutura Operacional	24
8 - Competências	24
9 - Esquema de Procedimentos e de Atribuições na Intervenção	27
10 - Instrumentos	30
11 - Rede de Apoio e Intervenção	31
12 - Lista de Contatos	37
ANEXOS	40
A. Requisitos Operacionais do Conceito de Sem - Abrigo	40
B. Atribuições do Gestor de Caso	43
C. Enquadramento do Plano no PDS 2012-2015	44
D. Base de Dados das Pessoas Sem-Abrigo	47
E. Instrumentos	61
E1- Ficha de Identificação e diagnóstico de Sem-abrigo	61
E2- Ficha de Avaliação Diagnóstica	65
E3- Plano de Intervenção	69
E4- Ficha de Encaminhamento	73
.....E5- Ficha de Informação ao GPISA	74

## 1 - Introdução

A construção de um território socialmente coeso, depende entre outros aspetos, de uma clara dimensão de inclusão socioeconómica. As pessoas sem-abrigo representam a expressão mais visível de um contexto de exclusão social.

Independentemente da sua condição de origem socioeconómica e cultural, as situações de sem abrigo resultam de uma combinação múltipla de circunstâncias ambientais (acesso a habitação, a recursos económicos e segurança) e fatores individuais (físicos, psíquicos, de relacionamento interpessoal) que importa considerar na análise e desenho de medidas de política local dirigidas à eliminação e prevenção de situações de sem abrigo.

Mas o problema dos sem-abrigo envolve toda uma série de outras situações tais como: acomodação, temporária ou transitória, em centros de alojamento de emergência, alojamento temporário em casa de amigos ou familiares, pessoas obrigadas a abandonar instituições e que não têm alojamento, pessoas ameaçadas de despejo ou que vivem num alojamento inadequado ou pouco seguro.

Com o maior conhecimento acerca deste fenómeno, sabemos hoje, que mesmo um período reduzido de passagem pela condição de sem-abrigo pode diminuir a possibilidade de reintegração da pessoa e conduzir a uma rápida degradação na sua saúde física e mental, na capacidade de arranjar emprego e nas competências sociais. As consequências a longo termo podem ser irreversíveis.

Com a definição em 2010 do Plano Concelhio para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo para o período 2010 a 2013 (Plano), a Rede Social de Cascais, operacionalizou um conjunto de orientações definidas pela Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo 2009-2015 (ENIPSA), lançada em Março de 2009.

Incorporando as orientações da ENIPSA, no sentido da implementação e operacionalização de uma intervenção integrada, centrada na pessoa sem-abrigo, Cascais promoveu a mobilização de recursos locais de natureza pública e privada, tendo o Plano assumido dois horizontes temporais:

- 2010-2011
  - Implementação de um esquema de procedimentos para intervenção na emergência e acompanhamento das situações sinalizadas;
  - Realização de um diagnóstico sobre a dimensão e natureza do fenómeno;
  - Promover uma perceção comum do problema e das soluções necessárias;
  - Promover a organização territorial das entidades envolvidas na intervenção junto das pessoas sem-abrigo;
  - Promover a qualificação da intervenção, na perspetiva de uma intervenção integrada;
  - Contribuir para a atualização de informação no âmbito da ENIPSA;
  
- 2012 -2013
  - Criar/reformular as respostas e metodologias de intervenção necessárias;
  - Desenvolver estratégias e respostas para pessoas/famílias em risco de ficar sem-abrigo;
  - Desenvolver ações de formação e sensibilização;

Os relatórios de execução e avaliação anuais, relativos a 2010, 2011, 2012 e 2013, possibilitaram a monitorização regular das metas definidas no Plano. A partir destes produtos

é possível aferir os impactos no concelho ao nível dos eixos de intervenção propostos pela ENIPSA, nomeadamente:

- Eixo 1 - Conhecimento do fenómeno, informação, sensibilização e educação
- Eixo 2 - Qualificação da Intervenção

Numa apreciação global pode afirmar-se que a implementação do Plano entre 2010 e 2013 possibilitou:

- A introdução da problemática das pessoas sem-abrigo na agenda política local;
- A mobilização de recursos financeiros para a intervenção;
- O alinhamento dos parceiros locais, com as orientações e metas de intervenção definidas pela ENIPSA;
- Colocar a intervenção com as pessoas sem-abrigo ao mesmo nível de outras problemáticas sociais;
- A atribuição de um gestor de caso a 70% das pessoas sinalizadas como sem-abrigo;
- A introdução de novas medidas sociais para intervenção junto de pessoas sem-abrigo;
- Reforçar a rede de respostas locais;
- Produzir mudanças reais na vida das pessoas sem-abrigo

Na definição do Plano Concelhio para a Integração de Pessoas Sem Abrigo em Cascais para o período 2014-2018, consideraram-se os seguintes pressupostos orientadores:

- Alinhamento com a ENIPSA – Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo;
- Alinhamento com o PDS - Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Cascais;
- Impacto dos resultados alcançados entre 2010 e 2013 em Cascais no âmbito da intervenção com as pessoas sem-abrigo;
- Recursos implementados à data em Cascais;
- Enfoque na qualificação da intervenção com prioridade em respostas à medida;
- Orientações da European Consensus Conference on Homelessness, em particular no que respeita à mudança de um paradigma de intervenção centrada na resposta reativa às situações de sem abrigo para um paradigma de prevenção.
- Orientações da Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – Commission Staff Working Document – 2013. “Confronting Homelessness in the European Union - Towards Social Investment for Growth and Cohesion. Including Implementing the European Social Fund 2014-2020.

Neste contexto o Plano procura destacar a importância de abordagem de medidas e políticas estruturais (habitação, saúde, educação e emprego) e de prevenção como fatores determinante à redução efetiva de situações de sem abrigo.

Efetivamente, a literatura sustenta, que quanto maior a duração da permanência em condição de sem abrigo, maiores os recursos a afetar na alteração da condição de sem abrigo.

Neste contexto a prevenção e a intervenção imediata correspondem tendencialmente a medidas com um melhor nível de custo-benefício na intervenção com as pessoas sem-abrigo.

## 2 - Princípios Orientadores<sup>1</sup>

Consideram-se como princípios orientadores da estratégia de intervenção no âmbito do Plano a proposta da FEANTSA (European Federation of Organisations Working With People Who are Homeless, quanto aos princípios que as medidas de política devem adotar relativamente à intervenção com as pessoas sem-abrigo. Consideram-se os princípios que a seguir se enunciam como um guia de referência para todos os agentes envolvidos na intervenção com pessoas sem-abrigo.

Por uma questão de coerência metodológica optou-se por identificar o reflexo dos princípios definidos pela FEANTSA no Plano para 2014/2018.

Princípios	Compreende	Reflexo do princípio no Plano Concelhio - Cascais 2014/2018
1- Evidência	A compreensão e conhecimento da problemática das pessoas sem-abrigo é a chave para o desenvolvimento de políticas efetivas. Este conhecimento consegue-se através da: Monitorização e registo das intervenções com pessoas sem-abrigo, do nº de sem abrigo e da criação de indicadores apropriados; Investigação e análise das causas e das soluções ou respostas encontradas; Conforme for sendo adquirido maior conhecimento do fenómeno deve ser feito revisões das políticas na área;	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Base de dados concelhia com caracterização das pessoas sem-abrigo;</li> <li>✓ Monitorização do Plano pelo GPISA;</li> <li>✓ Relatórios de avaliação anuais;</li> <li>✓ Planos de Ação anuais;</li> </ul>
2- Compreensão	Uma abordagem compreensiva no combate ao fenómeno dos sem-abrigo inclui políticas que permitam a criação de serviços de emergência e de alojamento das pessoas sem-abrigo e em risco de se tornarem sem-abrigo: Os serviços de emergência são um primeiro passo crucial na prevenção de novas situações sem-abrigo ou de permanência na rua por longos períodos de pessoas sem-abrigo; A integração das pessoas sem-abrigo deve ser o objetivo e deve ser adaptado às necessidades e potencialidades de cada uma dessas pessoas. Necessidade de medidas preventivas – quer ao nível da atuação junto de grupos alvos de risco quer ao nível sistémico (políticas de habitação, educação, emprego)	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Vagas de frio – Alojamento no Pisão;</li> <li>✓ Casa Esperança;</li> <li>✓ Realojamento através do Programa Municipal de Acesso à Habitação Social;</li> <li>✓ Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional Privado;</li> <li>✓ Monitorização do Plano pelo GPISA;</li> </ul>
3- Multidimensionalidade	O fenómeno dos sem-abrigo requer soluções multidimensionais nomeadamente:	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Equipas de Freguesia;</li> <li>✓ Gestores de Casos;</li> </ul>

<sup>1</sup> De acordo com proposta da FEANTSA - European Federation of Organisations Working with People who are Homeless relativa aos princípios determinantes à implementação de políticas efetivas sobre a problemática dos sem-abrigo.

**PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)**

	<p>Estratégias integradas de habitação, saúde, emprego, educação e formação. Estratégias de intervenção integrada e partilhada entre instituições e áreas de atuação.</p> <p>A cooperação intersectorial no campo das políticas de habitação, saúde, emprego e outras, é crucial no desenvolvimento de políticas efetivas de intervenção com a população sem-abrigo;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Planos Individuais de Intervenção;</li> <li>✓ Rede de recursos da comunidade.</li> </ul>
4- Direito à Habitação e outros	<p>Este princípio defende que o acesso a uma habitação digna e permanente, corresponde a uma pré-condição indispensável ao exercício de qualquer outro direito fundamental:</p> <p>Refere o uso dos tratados internacionais sobre o direito à habitação como base para o desenvolvimento de estratégias para a população sem-abrigo;</p> <p>Reconhece a interdependência entre o direito à habitação e os outros direitos fundamentais como o direito a viver com dignidade, o direito à saúde...</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto «Casas Primeiro em Cascais»; Realojamento através do Programa Municipal de Acesso à Habitação Social.</li> </ul>
5- Participação	<p>O fenómeno dos sem-abrigo corresponde a um campo onde a cooperação entre os intervenientes é crucial devido à especificidade da intervenção:</p> <p>O envolvimento de todos os stakeholders (interventores, clientes/utentes, autoridades públicas) no desenvolvimento das políticas, na sua implementação, através de esforços concertados que permitam atingir os objetivos definidos, e na sua avaliação, é crucial.</p> <p>A participação de pessoas que vivem, ou já viveram, a situação de sem-abrigo deve ser usada para qualificar os serviços e as políticas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dinamização, implementação e monitorização do Plano;</li> <li>✓ GPISA;</li> <li>✓ Equipas de Freguesia;</li> <li>✓ Rede de recursos da comunidade.</li> </ul>
6- Abordagem jurídica	<p>O princípio estatutário pretende integrar as estratégias de atuação com as pessoas sem-abrigo com a legislação através:</p> <p>Um quadro jurídico a nível nacional/local que permita a consistência e responsabilidade na implementação das políticas para a população sem-abrigo. Metas e objetivos estatutários permitem monitorizar e avaliar a evolução das políticas.</p>	
7- Sustentabilidade	<p>Financiamentos adequados permitem e são cruciais para o desenvolvimento de estratégias a longo termo;</p> <p>Compromisso político a todos os níveis (nacional, regional e local);</p> <p>Suporte público gerado através de campanhas de informação e sensibilização;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Financiamento de:</li> <li>✓ Projeto Esperança de Recomeçar;</li> <li>✓ Projeto Casas Primeiro em Cascais;</li> <li>✓ Casa Esperança (DOMUS SPES);</li> <li>✓ Projeto Mais Perto;</li> </ul>
8- Necessidades	<p>Este princípio considera que as políticas devem ser definidas de acordo com as necessidades dos indivíduos e não das organizações:</p> <p>As necessidades individuais correspondem ao ponto de partida no desenvolvimento de políticas e devem integrar os planos de intervenção integrados.</p> <p>Devem ser feitas atualizações regulares e apropriadas das políticas e das estruturas ligadas às pessoas sem-abrigo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implementação do Plano;</li> <li>✓ Equipas de Freguesia;</li> <li>✓ Gestores de Casos;</li> <li>✓ Planos Intervenção Individuais;</li> </ul>
9- Pragmatismo	<p>É possível e necessário definir objetivos atingíveis e reais para compreender a</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Planos de Ação anuais;</li> </ul>

**PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)**

	natureza do fenómeno, as necessidades das pessoas sem-abrigo, a evolução do mercado laboral e de habitação e todas as outras áreas relacionadas. É necessário uma calendarização clara e real com metas a médio e longo prazo.	✓ Avaliação de Projetos e Ações realizadas;
10-Do local para o Nacional	Desenvolvimento de respostas locais adequadas na atuação junto da população sem-abrigo: Defende o envolvimento, a responsabilidade e a obrigação das autoridades locais na implementação das estratégias definidas na intervenção com as pessoas sem-abrigo; As autoridades locais devem ter uma posição de coordenação da rede de interventores no combate ao fenómeno dos sem-abrigo e da oferta de serviços de proximidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Concelhio;</li> <li>✓ Estratégia Nacional de Intervenção com a População Sem Abrigo;</li> <li>✓ Pareceres e recomendações Políticas do Comité das Regiões para a União Europeia;</li> <li>✓ Pareceres do Comité Económico e Social Europeu para a EU e Estado Membros;</li> </ul>

Quadro 1 – Princípios Orientadores FEANTSA

### 3 - Conceito de Sem Abrigo (Adotado pela Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem Abrigo - ENIPSA)

Em termos nacionais e no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem Abrigo 2009/2015 (ENIPSA), considera-se pessoa sem-abrigo, aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- Sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou
- Sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

O anexo A – clarifica os requisitos operacionais do Conceito de Sem-Abrigo adotado para efeito da ENIPSA e dos Planos locais.

#### 3.1 - Identificação dos fatores de risco e mecanismos de desencadeamento da situação de sem abrigo<sup>2</sup>

A condição de sem abrigo decorre de uma complexa interação de fatores de risco ambientais, relacionais e pessoais, que se expressam no quadro seguinte e que devem ser considerados aquando da definição de medidas de política públicas.

Causa	Fator de vulnerabilidade	Mecanismo de desencadeamento
<b>Estrutural</b>	Política económica (pobreza, desemprego...)	Dividas no pagamento da renda ou da hipoteca;
	Política habitacional	Despejos de casa de arrendamento ou particulares; Perda de alojamento fixo; Mudança de local para procura de emprego;
	Proteção social e cuidados de saúde	Migrantes Recém- chegados;
	Imigração e Cidadania Ativa	Mudança de estatuto; Dificuldade de acesso a proteção social e casa a preços acessíveis;
<b>Institucional</b>	Escassez de serviços tradicionais adequados e falta de coordenação entre serviços existentes, a procura e/ou necessidades de apoio.	Fim ou quebra no apoio social ou de saúde e/ou dificuldade em obter o apoio adequado;
	Mecanismos de alojamento	Saída de instituição (libertação da prisão)
	Vivência institucional (casas de acolhimento, casas abrigo...), Prisões, hospitalizações de longa duração	Perda da habitação após admissão em instituição ou prisão;
<b>Relacional</b>	Procedimentos institucionais (admissões e alta/saídas)	Saída de casa de família
	Estatuto familiar	Violência doméstica
	Situação relacional (pais ou companheiros abusivos)	Isolamento
<b>Pessoal</b>	Rutura relacional (morte, divórcio, separação)	
	Deficiência, doença prolongada, problemas de saúde mental	Episódio de doença;

<sup>2</sup> Comissão Europeia – Pacote de investimento social – Comunicação da Comissão ao Parlamento, Conselho, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões

	Baixo grau educacional	Fim ou quebra no apoio social ou de saúde e/ou dificuldade em obter o apoio adequado;  (Aumento) consumo de substâncias;
	Adições (álcool, drogas, jogo)	

Quadro 2 – Fatores de vulnerabilidade e Mecanismos de desencadeamento

Os impactos da crise económica e financeira traduzem-se no aumento do desemprego e consequente dependência no sistema de proteção social. Adicionalmente os custos com habitação contribuem para o aumento da vulnerabilidade dos indivíduos e das famílias, o que agrava os fatores de risco destes, face à situação de sem abrigo.

Nesta perspetiva apresenta-se como urgente a necessidade de investimento público na prevenção de novas situações de sem abrigo.

## 4 - Dados de avaliação do Plano 2010-2013 – Ponto de partida Plano 2014-2018

### 4.1 - Avaliação Qualitativa<sup>3</sup>

#### Avaliação quanto à eficácia e eficiência do esquema de procedimentos e de atribuições na intervenção

Fatores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Clarificação do processo de intervenção junto da pessoa sem-abrigo pela adoção da figura do gestor de caso e definição de Planos de Inserção Individuais direcionados para as necessidades reais de cada um;</li><li>▪ Melhor estruturação das intervenções com definição de papéis;</li><li>▪ Investimento no trabalho de identificação, proximidade e intervenção;</li><li>▪ Intervenção de proximidade, facilitadora do encaminhamento e acompanhamento dos casos sinalizados;</li><li>▪ Capacidade de organização para uma resposta singular adequada às características de cada indivíduo;</li><li>▪ Não duplicação das respostas;</li><li>▪ Elevado número de situações de pessoas sem abrigo com RSI, o que implica, logo à partida, a identificação do gestor de caso e a existência de um contrato de inserção;</li><li>▪ Rentabilização de recursos;</li><li>▪ Maior e melhor colaboração das Instituições;</li><li>▪ Os Recursos Específicos na Comunidade contribuem para uma intervenção mais eficaz nas freguesias como resposta a necessidades básicas (higiene, bens alimentares, vestuário);</li><li>▪ Partilha de responsabilidades interinstitucionais na tomada de decisão;</li><li>▪ Partilha de informação;</li><li>▪ A entrada de mais um recurso humano a tempo inteiro para as freguesias de Cascais e Estoril resultante do Projeto Mais Perto;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Dificuldade em atribuir um gestor de caso a todas as situações sinalizadas, dado o elevado nº de sem-abrigo nalgumas freguesias e o reduzido número de técnicos que integram as Equipas de Coordenação;</li><li>▪ Pouca disponibilidade dos gestores de caso para um acompanhamento mais individualizado das situações sinalizadas (reduzida afetação de tempo para esta população);</li><li>▪ Dificuldade em colocar em prática o Plano de inserção por parte dos gestores de caso, por falta de respostas específicas;</li><li>▪ Dificuldade em estabelecer contacto mais próximo com os sem-abrigo que não se encontram já enquadrados;</li><li>▪ Existência de respostas formais, pouco efetivas para a mudança das situações acompanhadas, pela inexistência de respostas ao nível de habitação ou abrigo temporário;</li><li>▪ Ausência de Residência apoiada, que funcione como elemento agregador para a intervenção nas situações em acompanhamento;</li><li>▪ Ausência de soluções para as situações de duplo diagnóstico (saúde mental e consumos);</li><li>▪ Fim do Projeto Mais Perto com diminuição da capacidade de resposta a nível da emergência e dos acompanhamentos a pessoas sem-abrigo na freguesia de Cascais Estoril;</li><li>▪ Dificuldade nas deslocações para reuniões, ou para intervenções, fora das horas integradas no horário laboral;</li></ul>

<sup>3</sup> Os dados, correspondem à síntese das avaliações anuais realizadas pelo GPISA, pelas equipas Especializadas e Equipas Coordenadoras de Freguesia, e foram recolhidas através de instrumentos próprios para o efeito.

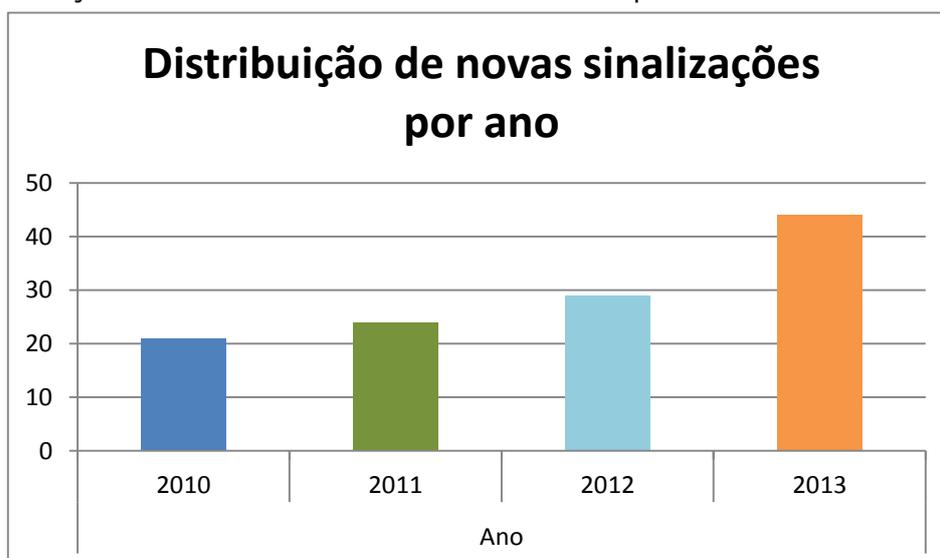
### Avaliação global relativa à implementação do Plano 2010-2013

Fatores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Definição do conceito de Sem abrigo com a participação de 29 técnicos do Concelho, e de acordo com a definição adotada pela ENIPSA, que permitiu estabelecer critérios idênticos nas sinalizações efetuadas;</li> <li>▪ Existência de uma representação Concelhia para a intervenção junto dos sem abrigo a nível local e a nível nacional: GPISA;</li> <li>▪ Partilha de uma visão comum para a implementação do Plano;</li> <li>▪ Investimento na intervenção com população Sem-Abrigo com projetos e metas bem delineadas.</li> <li>▪ Maior e melhor conhecimento da realidade Concelhia relativamente à problemática de pessoas sem-abrigo;</li> <li>▪ Existência de uma metodologia para monitorização do Plano;</li> <li>▪ Concretização e divulgação do Guia de Procedimentos;</li> <li>▪ Existência de base de dados atualizada das situações de sem abrigo, possibilitando a monitorização do fenómeno;</li> <li>▪ Boa capacidade de intervenção em rede das instituições concelhias;</li> <li>▪ Identificação de recursos específicos para a intervenção na emergência e o seu âmbito/competências de intervenção;</li> <li>▪ Proximidade de articulação com a ENIPSA, FEANTSA e HABITACT;</li> <li>▪ Participação em reuniões promovidas pela ENIPSA para discussão/reflexão de estratégias de intervenção;</li> <li>• Grande disponibilidade por parte dos técnicos envolvidos para dar resposta às necessidades dos munícipes em situação de sem abrigo;</li> <li>• Boa articulação entre os técnicos dos diferentes serviços e áreas;</li> <li>• Existência de uma rede de recursos concelhia com capacidade de resposta relativamente ao colmatar de necessidades básicas (ex. alimentação/refeições);</li> <li>• Capacidade de envolvimento por parte dos gestores de caso existentes no acompanhamento de pessoas sem-abrigo;</li> <li>• Disponibilidade e implicação das forças de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduzida afetação de tempo dos elementos do GPISA para um acompanhamento mais regular do processo de implementação do Plano;</li> <li>▪ Dificuldade em garantir uma atualização regular de dados junto do GPISA por parte das Equipas Coordenadores de Freguesia;</li> <li>▪ Falta de respostas de alojamento adequadas e nomeadamente falta de alojamento temporário/longo com apoio técnico;</li> <li>▪ Inexistência de resposta eficaz na área da saúde mental;</li> <li>▪ Ausência de participações em fóruns de discussão e troca de partilhas relativas à intervenção junto de pessoas sem-abrigo.</li> <li>▪ Poucas respostas institucionais disponíveis em comparação com o inicialmente acordado;</li> <li>• Surgimento de novos tipos de sem abrigo, com perfil diferente do “tradicional”, que exigem formas inovadoras de intervenção e respostas diferentes;</li> <li>• Inexistência de resposta de saúde nas situações de co morbilidade (doença mental e comportamentos aditivos em simultâneo);</li> <li>• Incapacidade financeira por parte dos beneficiários e também das entidades, para fazer face aos custos exigidos pelos serviços públicos para regularização da situação de cidadania, renovação de documentação para estrangeiros, confirmação de moradas, pobreza e ou outras (ex. custos com renovação do cartão de cidadão; custos para confirmar inexistência de dívidas ou de bens nas repartições de finanças; custos com pedidos de confirmação de morada ou de pobreza nas juntas de freguesia);</li> <li>• Elevado preço dos transportes a nível concelhio e conseqüente incapacidade dos beneficiários (pessoas sem-abrigo) em aceder às respostas essenciais (ex. Hospital de Cascais Dr.º José de Almeida);</li> <li>• Falta de recursos humanos para assumir a Gestão de Casos sociais e nomeadamente as pessoas sinalizadas como sem-abrigo;</li> <li>• Inexistência a partir de janeiro de 2014 de uma Equipa Especializada no concelho com responsabilidade, disponibilidade e recursos</li> </ul>

<p>autoridade (principalmente PSP e PM) quando solicitadas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento de tipologia e capacidade de respostas a nível do alojamento de pessoas sem-abrigo no concelho (Casa Esperança com capacidade para 8 utentes; realojamento através do Programa Municipal de Acesso à Habitação Social – PMAHS e Projeto Piloto Casas Primeiro em Cascais para 5 pessoas sem-abrigo);</li> <li>• Existência de uma base de dados concelhia de caracterização da população sem-abrigo e dos recursos envolvidos relativamente a cada uma das pessoas;</li> <li>• A boa gestão da Base de Dados a nível do registo de novas situações sinalizadas e da atualização da informação sempre que disponibilizada para o GPISA;</li> <li>• Existência de instrumentos de identificação, diagnóstico, acompanhamento e encaminhamento comuns, para utilização por parte das entidades concelhias com atendimento social e nomeadamente de pessoas sem-abrigo;</li> <li>• Os instrumentos de caracterização e diagnóstico Concelhios seguem as orientações da ENIPSA e internacionais e vão permitir aumentar o conhecimento a nível nacional da população sem-abrigo;</li> </ul>	<p>humanos especializados, para abordagem à população sem-abrigo sinalizada e intervenção na emergência e até possibilidade de acompanhamento pela Equipa de Freguesia;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência de respostas estruturais que permitam uma verdadeira autonomia por parte das pessoas sem-abrigo acompanhadas e com plano de inserção delineado (ex. emprego protegido, acompanhamento por equipa de saúde mental integrada a nível da toma de medicação, outras);</li> <li>• Não estar formalizada e automatizada a participação das forças de autoridade (PSP, GNR e Polícia Municipal) no âmbito do Plano;</li> <li>• Falta de formação específica acerca da problemática dos sem-abrigo e da intervenção com esta população (abordagem na rua, por exemplo);</li> <li>▪ Sentimento de incapacidade técnica e de segurança pessoal, para abordagens de rua e nomeadamente em espaços isolados e à noite, por parte dos técnicos de intervenção social;</li> </ul>
---	---

## 4.2 - Avaliação Quantitativa

Evolução do número total de casos sinalizados por ano:



## PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Verifica-se o aumento significativo de novas sinalizações em 2013 comparativamente aos anos anteriores quer por aumento do nº de pessoas em situação de rua quer por uma maior sensibilização por parte das entidades/instituições e da sociedade em geral para a problemática dos sem-abrigo.

Distribuição por freguesia do número total de novas sinalizações de situações de sem abrigo de 2010 a 2013:

	Alcabideche	Carcavelos	Cascais	Estoril	Parede	S. D Rana	Total
<b>2010</b>	1	27	53	9	7	3	<b>100 (março)</b>
<b>2011</b>	3	-	3	13	1	4	<b>24</b>
<b>2012</b>	0	6	13	6	0	4	<b>29</b>
<b>2013</b>	5	6	14	6	8	5	<b>44</b>

Evolução do número total de casos ativos (em acompanhamento) entre março de 2010 e dezembro de 2013 por situação face a atribuição de gestor(a) de caso:

	2010		2011		2012		2013	
	Mar.	%	Dez.	%	Dez.	%	Dez.	%
<b>Total de Casos Ativos</b>	100	<b>100</b>	53	<b>100</b>	67	<b>100</b>	76	<b>100</b>
<b>Com Gestor de Caso Atribuído</b>	58	<b>58</b>	38	<b>72</b>	53	<b>79</b>	48	<b>63</b>
<b>Sem Gestor de Caso Atribuído</b>	42	<b>42</b>	15	<b>28</b>	14	<b>21</b>	28	<b>37</b>

O nº total de situações ativas em dezembro de cada ano tem vindo a aumentar assim como o nº de pessoas com acompanhamento psicossocial por Gestor de Caso, no entanto em 2013 deu-se uma inversão da situação no que concerne ao nº de Gestor de caso atribuídos que diminuiu. As características desta população proporciona uma maior dificuldade no acompanhamento psicossocial o que conduz a um menor investimento em recursos técnicos para esta área por parte das instituições quando está a aumentar as necessidades de intervenção e acompanhamentos para as famílias em vulnerabilidade económica e social na sua generalidade.

Distribuição por freguesia do número total de novas sinalizações de situações de sem abrigo em 2013:

Género	Alcabideche		Carcavelos		Cascais		Estoril		Parede		S. D Rana	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
<b>Nº</b>	0	5	1	5	1	13	1	5	0	8	0	5
	<b>5</b>		<b>6</b>		<b>14</b>		<b>6</b>		<b>8</b>		<b>5</b>	
<b>Total</b>	<b>44</b>											

A freguesia de Cascais é a que apresenta um maior nº de pessoas sem-abrigo seguida da freguesia da Parede. Esta situação pode ser explicada pela centralidade e nº das instituições/serviços onde estão as respostas para colmatar necessidades básicas e centros urbanos com grande oferta de serviços e comércio e portanto com um nº elevado de pessoas a circular.

As freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana apresentam um menor nº de pessoas sem-abrigo sinalizadas. Dada a sua dimensão espacial e menor oferta institucional não parecem ser "atrativas" para pessoas na condição de sem-abrigo. Por outro lado os mesmos motivos podem estar a ocultar a visibilidade de pessoas em situação de sem-abrigo.

## PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Distribuição por freguesia do número total de novas sinalizações de situações de sem abrigo em 2013 com Gestor de Caso, Plano de Intervenção e que foi suspenso ou encerrado durante o ano de 2013:

Freguesias	Novas Sinalizações 2013									
	Total		Com Gestor Atribuído		Com Plano Intervenção		Suspenso e/ou Encerrado		Ativos a 31 de dezembro	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Alcabideche	0	5	0	3	0	2	0	0	0	5
Carcavelos	1	5	1	5	1	5	1	3	0	2
Cascais	1	13	1	10	1	6	1	3	0	10
Estoril	1	5	1	3	1	3	1	1	0	4
Parede	0	8	0	6	0	6	0	1	0	7
São D. Rana	0	5	0	2	0	2	0	0	0	5
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>41</b>	<b>3</b>	<b>29</b>	<b>3</b>	<b>24</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>33</b>
	<b>44 (100%)</b>		<b>32 (73%)</b>		<b>27 (84%)</b>		<b>11 (25%)</b>		<b>33 (75%)</b>	

Das 44 novas sinalizações, 41 são do género masculino e 3 do feminino. Estes dados evidenciam a identidade de género como um factor determinante da condição de sem abrigo onde o género masculino apresenta uma maior vulnerabilidade e visibilidade nos percursos de rua e que em muito contribui a definição da condição de sem abrigo. Investigações internacionais apresentam evidências que o nº de mulheres sem-abrigo é maior do as estatísticas mostram mas não estão na rua e sim em alojamentos precários e/ou temporários como seja a casa de conhecidos/amigos onde vão pernoitando. As mulheres conseguem maior resposta institucional na emergência. Todas as mulheres sinalizadas conseguiram alterar a sua situação durante o ano.

Distribuição do número total de casos passivos (que não se encontram em acompanhamento) em dezembro de 2013 por tipo de motivo (quadro cumulativo desde 2010):

Motivo	Género		Total
	Feminino	Masculino	
Paradeiro desconhecido	3	24	<b>27</b>
Saiu do concelho	2	16	<b>18</b>
Preso/a	1	5	6
Encaminhado/a para instituição (Comunidades Terapêuticas; Casa Jubileu; Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, Outras)	2	7	9
Encaminhado/a para Centro de Acolhimento fora do Concelho	1	6	7
Em casa de família	0	6	6
Em casa de amigos	3	12	<b>15</b>
Arrendou quarto	1	9	<b>10</b>
Arrendou casa	4	7	<b>11</b>
Foi alojado/a com apoio institucional (Projeto Casas Primeiro em Cascais)	1	4	5
Alojamento temporário apoiado no Concelho - Casa Esperança	1	4	5
Foi alojado através do Programa Municipal de Acesso à Habitação Social (ex. RMAHS)	2	6	<b>8</b>
Falecido/a	1	8	9
Outros (fora conceito ENIPSA)	1	5	6
<b>TOTAL</b>	<b>23 (16%)</b>	<b>119 (84%)</b>	<b>142 (100%)</b>

## 5 – Eixos, Objetivos e Metas de intervenção

### 5.1 - Eixo 1 – Conhecimento do Fenómeno

Objetivos	Metas	Entidades/parceiros Envolvidos	Com reflexo nos fatores de risco definidos pela Comissão Europeia (Quadro 2, pág. 8)	Relação entre Objetivos do Plano e Eixos e Objetivos do PDS
<b>Promover o conhecimento</b> sobre a dimensão e natureza do fenómeno	Monitorização do fenómeno dos sem-abrigo entre 2014 e 2018 através da gestão de uma base de dados concelhia;	GPISA	Estrutural; Institucional; Relacional; Pessoal;	Relação média com os objetivos A2a e A2c do eixo Rendimento e acesso a bens e serviços, com os objetivos A4a, A4b e A4c do eixo Saúde e com o objetivo B7 do eixo Informação.
	Garantir o acompanhamento deste Plano por parte do Núcleo Executivo do CLAS	GPISA		
	Integrar no PDS 2016 objetivos relativos à integração das pessoas sem-abrigo;	GPISA Rede Social Cascais	Estrutural; Institucional; Relacional; Pessoal;	
	Garantir a inclusão no Diagnóstico Social e outros documentos da Rede Social, de indicadores de caracterização do fenómeno sem-abrigo e dos respetivos fatores de risco;	GPISA Rede Social Cascais	Estrutural; Institucional; Relacional; Pessoal;	

## 5.2 Eixo 2 – Qualificação da Intervenção

Objetivos	Metas	Entidades/parceiros Envolvidos	Reflexo nos fatores de risco definidos pela Comissão Europeia	Relação entre Objetivos do Plano e Eixos e Objetivos do PDS
Realizar uma <b>intervenção integrada</b> em situação de rua e ao nível do acompanhamento das pessoas sem-abrigo	Durante a vigência do Plano, 100% dos Diagnósticos e Planos de Intervenção Individuais das pessoas acompanhadas consideram todas as dimensões de vida da pessoa;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Estrutural; Institucional; Relacional; Pessoal;	Relação forte com os objetivos do eixo Saúde; A2a, A2c do eixo Rendimento e acesso a bens e serviços e A1 do eixo Emprego/ ocupação. Relação forte com o objetivo A3 do eixo Habitação e habitat.
Garantir a existência de <b>gestores de caso</b> nas situações sinalizadas	Durante a vigência do Plano, e de acordo com a evolução económica e social do País, reforçar em 10%, face a 2013, o número de gestores de caso disponíveis para acompanhamento de situações sem-abrigo;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Institucional - Escassez de serviços tradicionais adequados e falta de coordenação entre serviços existentes, a procura ou necessidades de apoio:	Relação forte com os objetivos do eixo Saúde; A2a, A2c do eixo Rendimento e acesso a bens e serviços e A1 do eixo Emprego/ ocupação. Relação forte com o objetivo A3 do eixo Habitação e habitat.
	Entre 2014 e 2016, 90% das situações sinalizadas têm definido um gestor de caso;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Institucional - Escassez de serviços tradicionais adequados e falta de coordenação entre serviços existentes, a procura ou necessidades de apoio: Estrutural - Proteção social e cuidados de saúde; Imigração e Cidadania Ativa; Política Económica (pobreza, desemprego) e Política habitacional.	
	Em 2017 e 2018, 100% das situações sinalizadas têm definido um gestor de caso;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Institucional Estrutural	
Garantir a definição e implementação de <b>planos individuais de intervenção</b> , com base numa avaliação diagnóstica	Entre 2014 e 2016, 60% das situações sinalizadas, com gestor de caso atribuído, acordaram um Plano de Inserção;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Estrutural Institucional Pessoal	Relação forte com os objetivos do eixo Saúde; A2a, A2c do eixo Rendimento e acesso a bens e serviços e A1 do eixo

**PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)**

	Em 2017 e 2018, 80% das situações sinalizadas, com gestor de caso atribuído, acordaram um Plano de Inserção;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Estrutural Institucional Pessoal	Emprego/ ocupação. Relação forte com o objetivo A3 do eixo Habitação e habitat
Garantir <b>respostas de alojamento permanente e à medida</b> , com base na natureza e diversidade das situações de sem abrigo, reduzindo as formas mais severas.	Entre 2014 e 2016 manter a oferta de 5 casas disponíveis para o Projeto Casas Primeiro em Cascais;	AEIPS CMC	Estrutural – Política Habitacional. Institucional – Mecanismos de alojamento.	Relação forte com o objetivo A3 do eixo Habitação e Habitat, com os objetivos A2a e A2c do eixo Rendimentos e acesso a bens e serviços, com o objetivo A1 do eixo Emprego/ ocupação, com o objetivo C4a e C4b do eixo Saúde.
	Em 2017 e 2018 aumentar de 5 para 10 a oferta de casas disponíveis para o Projeto Casas Primeiro em Cascais;	AEIPS CMC	Estrutural – Política Habitacional. Institucional – Mecanismos de alojamento	
	Assegurar que 100% das situações de sem abrigo sinalizadas durante a vigência deste Plano, com gestor de caso atribuído e plano de intervenção individual ativo, e se integrarem os critérios, têm pedido de habitação social à CMC;	Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo; CMC	Estrutural – Política Habitacional	
	Assegurar com a entrada em funcionamento do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional Privado que os agregados familiares abrangidos dispõem de mecanismos de apoio económico para a manutenção da sua habitação;	CMC Cascais Envolvente	Estrutural – Política Habitacional;	Relação média com os objetivos A4a, A4b, A4c e B4 do eixo Saúde.
Promover a <b>autonomização das situações de sem abrigo</b> alvo de intervenção;	Em 2016 40% das situações abrangidas pelo projeto-piloto Casas Primeiro em Cascais em 2013 correspondem a processos de estabilização individual. (As pessoas já conseguiram organizar algumas áreas da sua vida nas diferentes dimensões – emprego, saúde, ... - e são capazes de contribuir financeiramente para a habitação arrendada onde residem no mercado de arrendamento, mas podem continuar a manter um acompanhamento técnico).	AEIPS Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo Outros recursos da comunidade	Pessoal – Deficiência, saúde mental, comportamentos aditivos, outros. Institucional – Mecanismos de alojamento; Escassez de serviços tradicionais adequados e falta de coordenação entre serviços existentes, a procura ou necessidades de apoio. Estrutural – Política económica; Proteção social e cuidados de saúde.	Relação forte com o objetivo A1 do eixo Emprego/ocupação, com o objetivo A2c do eixo Rendimentos e acesso a bens e serviços, com o objetivo A3 do eixo Habitação e habitat, com o objetivo A4b do eixo Saúde. Relação média com os objetivos C4a e C4b do eixo Saúde, com o objetivo C6 do eixo Educação, com os objetivos B7 e C7 do eixo Informação.
	Em 2018 60% das situações abrangidas pelo projeto-piloto Casas Primeiro em Cascais em 2013 correspondem a processos de estabilização individual.	AEIPS Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo Outros recursos da comunidade	Pessoal Institucional Estrutural	

**PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)**

<p>Promover a <b>autonomização das situações de sem abrigo</b> alvo de intervenção;</p>	<p>Entre 2014 e 2016, 100% das pessoas sem-abrigo integradas em fogos municipais, têm um acompanhamento pós realojamento.</p>	<p>CMC Cascais Envolvente Equipas RSI Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo</p>	<p>Estrutural - Política Habitacional; Política Económica. Institucional - Escassez de serviços tradicionais adequados e falta de coordenação entre serviços existentes, a procura ou necessidades de apoio</p>
	<p>Em 2016 40% das pessoas sem-abrigo integradas em fogos municipais em 2013 correspondem a processos de estabilização individual. (As pessoas já conseguiram organizar algumas áreas da sua vida nas diferentes dimensões - emprego, saúde ... - e não necessitam de um acompanhamento técnico regular para a gestão do seu quotidiano).</p>	<p>CMC Cascais Envolvente Equipas RSI Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo</p>	<p>Pessoal - Deficiência, saúde mental, comportamentos aditivos, outros. Institucional - Escassez de serviços tradicionais adequados e falta de coordenação entre serviços existentes, a procura ou necessidades de apoio. Estrutural - Política económica; Proteção social e cuidados de saúde.</p>
	<p>Em 2018 80% das pessoas sem-abrigo integradas em fogos municipais em 2013 correspondem a processos de estabilização individual.</p>	<p>CMC Cascais Envolvente Equipas RSI Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo</p>	<p>Pessoal Institucional Estrutural</p>
	<p>Entre 2014 e 2018, 60% das pessoas integradas na Domus Spes (casa Esperança) correspondem a processos efetivos de autonomização individual e 60% das pessoas integradas na residência não permanecem na mesma para além da duração prevista no regulamento.</p>	<p>Centro Comunitário Paróquia de Carcavelos; CMC</p>	<p>Pessoal - Deficiência, saúde mental, comportamentos aditivos, outros. Institucional - Mecanismos de alojamento; Escassez de serviços tradicionais adequados e falta de coordenação entre serviços existentes, a procura ou necessidades de apoio. Estrutural - Política económica; Proteção social e cuidados de saúde.</p>
	<p>Entre 2014 e 2018, 80% das pessoas integradas na Domus Spes (Casa Esperança) estão a trabalhar ou têm uma prestação social adequada (RSI, pensão social, invalidez)</p>	<p>Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos ISS CMC</p>	<p>Estrutural - Política Habitacional e económica.</p>
	<p>Entre 2014 e 2018, 40% das pessoas integradas no projeto Esperança de Recomeçar correspondem a processos efetivos de autonomização individual.</p>	<p>Centro Comunitário Paróquia de Carcavelos; CMC ISS</p>	<p>Pessoal - Deficiência, saúde mental, comportamentos aditivos, outros. Institucional - Escassez de serviços... Estrutural - Política económica; Proteção social e cuidados de saúde. Imigração e Cidadania Ativa.</p>

**PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)**

<p>Promover a melhoria da qualidade dos serviços e respostas para pessoas sem-abrigo;</p>	<p>100% das entidades concelhias com intervenção social com a população sem abrigo têm conhecimento do Guia de Procedimentos do Plano;</p>	<p>Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo</p>	<p>Institucional</p>	<p>Relação forte com os objetivos do eixo Emprego/ocupação, do eixo Rendimento e acesso a bens e serviços, do eixo Saúde. Relação forte com o objetivo A3 do eixo Habitação e habitat, com o objetivo C7 do eixo Informação.</p>
	<p>Em dezembro de 2014 estão definidos, com a equipa de Cascais da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, os procedimentos a realizar, pela equipa e pelas entidades concelhias com intervenção social com as pessoas sem-abrigo, que garantam a articulação e agilização das respostas e intervenções e uma melhor integração de ex. reclusos na comunidade;</p>	<p>GPISA Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – equipa Cascais</p>	<p>Estrutural. Institucional</p>	
	<p>Em dezembro de 2014 estão definidos, com o SEF Cascais, os procedimentos a realizar, pelo SEF e pelas entidades concelhias com intervenção social com as pessoas sem-abrigo, que garantam a articulação e agilização das respostas e intervenções;</p>	<p>GPISA SEF</p>	<p>Estrutural. Institucional</p>	
	<p>Em dezembro de 2014 estão definidos, com os Serviços de Saúde Mental Concelhios, os procedimentos a realizar, pelos mesmos e pelas entidades concelhias com intervenção social com as pessoas sem-abrigo, que garantam a articulação e agilização das respostas e intervenções;</p>	<p>GPISA Serviço Local de Saúde Mental, Hospital de Cascais Dr. José de Almeida</p>	<p>Estrutural. Institucional</p>	
	<p>Até 2015 promover a articulação com o Ministério da justiça com o objetivo de isentar os munícipes em condição de sem abrigo, com gestor de caso e plano de intervenção individual, do pagamento da sua documentação (ex. cartão de cidadão).</p>	<p>GPISA Ministério da Justiça</p>	<p>Estrutural.</p>	
	<p>Definir e implementar um plano de formação de técnicos relativamente ao fenómeno e intervenção com os sem-abrigo nos anos de 2014 e 2015;</p>	<p>GPISA Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo</p>	<p>Institucional</p>	

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

---

Promover a melhoria da qualidade dos serviços e respostas para pessoas sem-abrigo;	Garantir a realização de 1 encontro interinstitucional para partilha de experiências de trabalho e projetos com a população sem-abrigo;	GPISA ENIPSA Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo	Institucional	
--	---	--	---------------	--

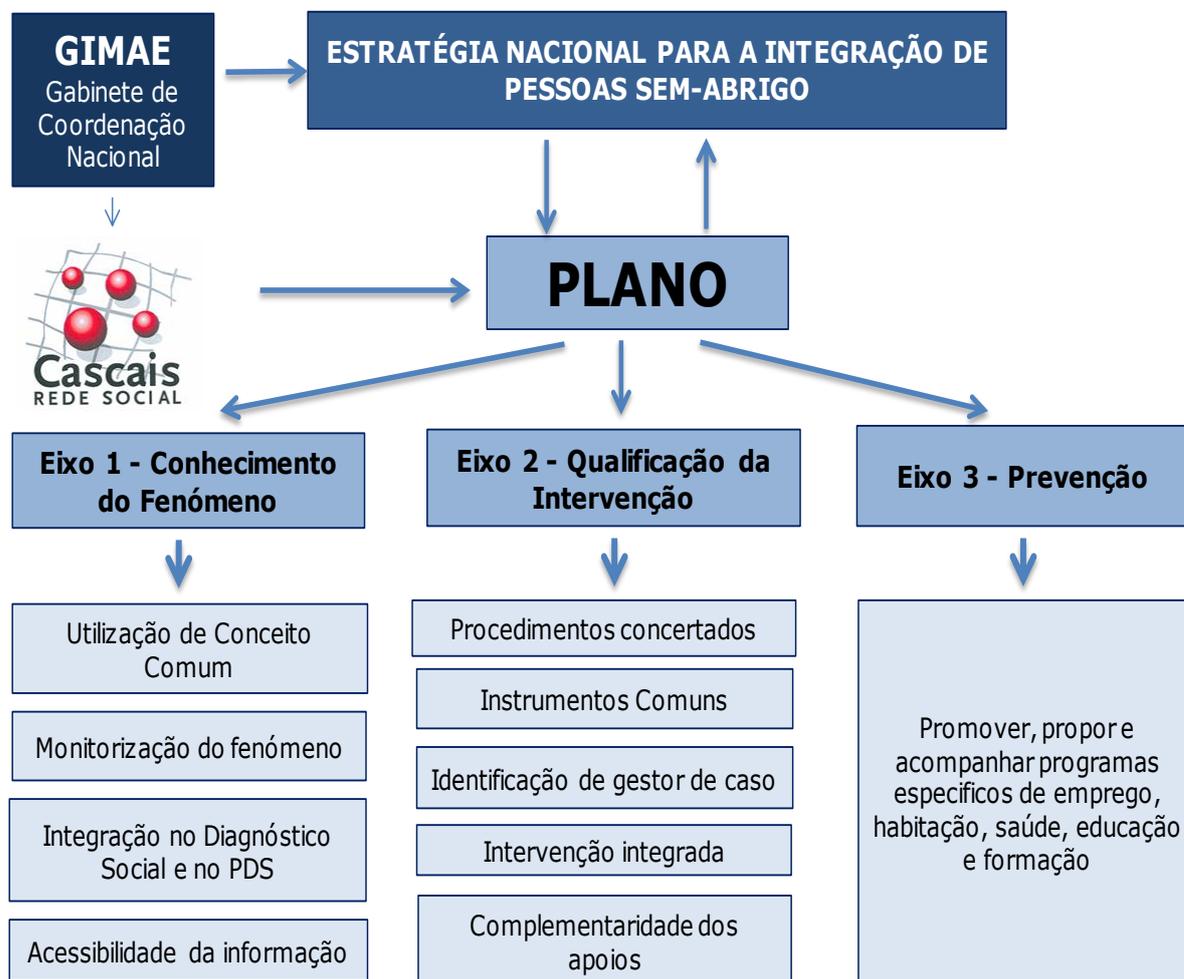
### 5.3 - Eixo 3 - Prevenção

Objetivos	Metas	Entidades/parceiros Envolvidos	Reflexo nos fatores de risco definidos pela Comissão Europeia	Relação entre Objetivos do Plano e Eixos e Objetivos do PDS
<p>Promover, propor e acompanhar Programas na área da habitação, emprego, saúde e educação, que permitam <b>prevenir a condição de sem abrigo</b>;</p>	<p>Garantir em situação de incumprimento de rendas de inquilinos municipais, que está assegurado o acompanhamento técnico, por articulação da Cascais Envolvente com parceiros concelhios com intervenção psicossocial integrados como recurso no Plano.</p>	<p>CMC Cascais Envolvente Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo</p>	<p>Estrutural - Política Habitacional e económica.</p>	<p>Relação forte com os objetivos do eixo Emprego/ocupação, do eixo Rendimento e acesso a bens e serviços, do eixo Saúde e do eixo Consumo. Relação forte com os objetivos C6 e D6 do eixo Educação, objetivo A3 do eixo Habitação e habitat.</p>
	<p>Prevenir eventuais situações de despejo no mercado de arrendamento privado com a introdução e funcionamento do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional Privado.</p>	<p>CMC Cascais Envolvente</p>	<p>Estrutural - Política Habitacional e económica.</p>	
	<p>A partir de 2015 nenhum munícipe sinalizado como sem abrigo, mas sem historial de permanência na rua anterior à sinalização, permanece mais de 6 meses na condição de sem abrigo;</p>	<p>ISS Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo</p>	<p>Estrutural - Política Habitacional. Política económica (desemprego, outros); Institucional - Mecanismos de alojamento; Relacional - Estatuto, situação e rutura relacional. Pessoal</p>	
	<p>No âmbito do Plano 2014-2018, 80% das pessoas sem-abrigo, com gestor de caso atribuído, acedem aos recursos sociais concelhios nomeadamente, aos financiados pela Autarquia e pela Administração Geral, como Protocolo das Farmácias, Cascais Mais Solidário; Banco Alimentar, Cantinas Sociais e Apoio Alimentar, Lojas Solidárias, independentemente da sua situação de legalidade no país.</p>	<p>CMC ISS Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo Outros recursos da comunidade</p>	<p>Estrutural - Proteção social e cuidados de saúde; Imigração e Cidadania Ativa. Institucional - Escassez de serviços tradicionais adequados e falta de coordenação entre serviços existentes, a procura ou necessidades de apoio.</p>	
	<p>Durante a vigência do Plano, promover a realização de 2 reuniões por ano de articulação entre o GPISA e os Serviços de Saúde Mental concelhios, no sentido de monitorizar o acesso a respostas efetivas de saúde mental que previnam uma futura situação de sem abrigo;</p>	<p>GPISA Hospital de Cascais Dr. José de Almeida Equipa Saúde Mental Comunitária do CHLO</p>	<p>Pessoal - Problemas de saúde mental. Estrutural - Proteção Social e cuidados de saúde.</p>	

**PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)**

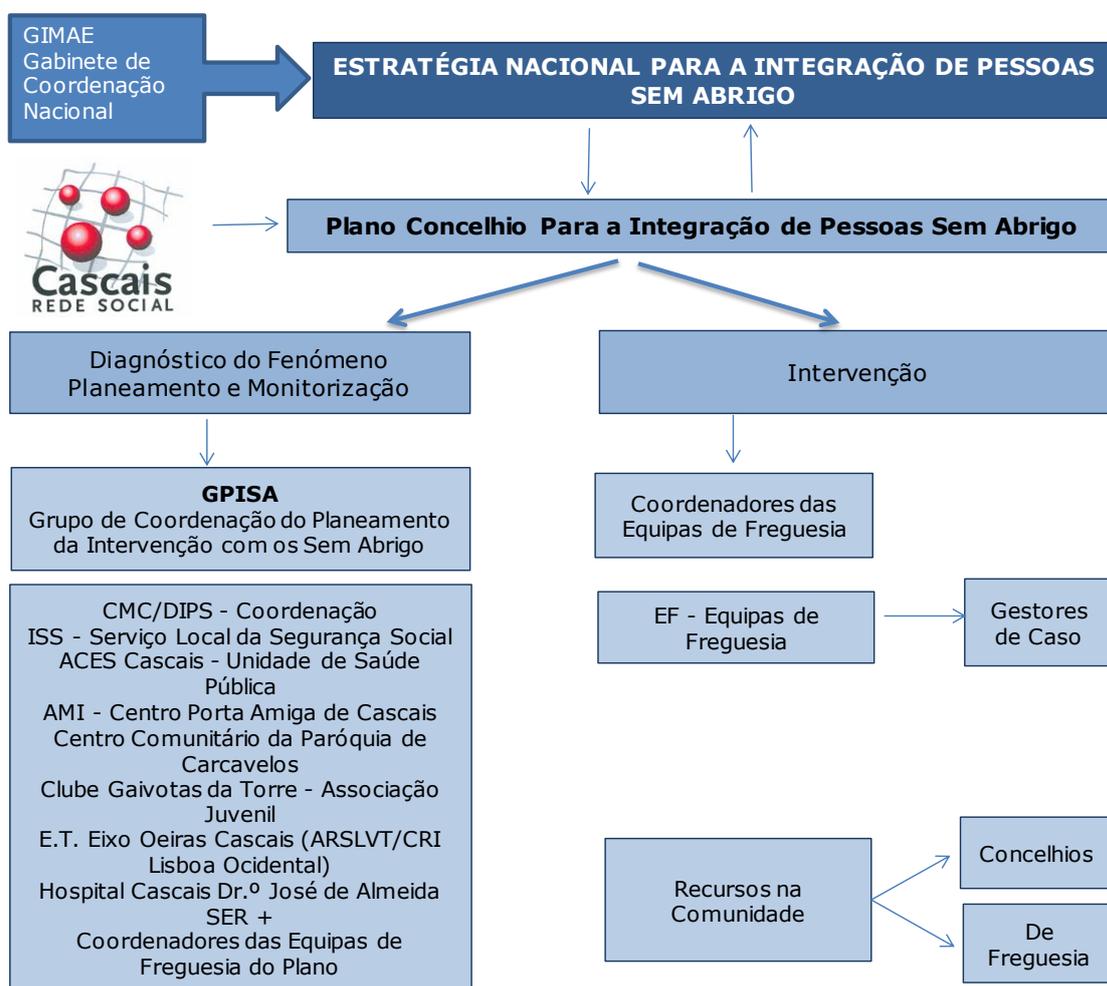
<p>Promover, propor e acompanhar Programas na área da habitação, emprego, saúde e educação, que permitam <b>prevenir a condição de sem abrigo</b>;</p>	<p>Durante a vigência do Plano, assegurar que 100% das famílias monoparentais, famílias nucleares com filhos menores, idosos ou pessoas em grande vulnerabilidade, despejadas de alojamento público ou privado, ou que tiveram de abandonar a sua casa por motivos de divórcio, violência ou outros, não ficam na rua;</p>	<p>ISS</p>	<p>Relacional – Estatuto familiar; Situação relacional (violência doméstica); Estrutural – Política económica (pobreza, desemprego ....); Proteção social e cuidados de saúde; Política habitacional.</p>	
	<p>Durante a vigência do plano, assegurar a integração de indivíduos com características e problemáticas específicas e em risco de experienciarem a condição de sem-abrigo, nos Programas de Apoio à Empregabilidade promovidos pela Divisão de Promoção de Emprego (DPRE) da CMC, nomeadamente os programas orientados para a população em vulnerabilidade económica e social (ex. beneficiários da prestação RSI), numa quota de 10%.</p>	<p>GPISA DPRE/CMC Entidades com intervenção social direta com as pessoas sem-abrigo Entidades da rede solidária e Empresas privadas</p>	<p>Estrutural – Política económica (desemprego, pobreza, outras).</p>	
	<p>Sensibilizar as entidades formadoras locais para a necessidade de definição, criação e implementação de iniciativas formativas adequadas às características das pessoas mais vulneráveis da sociedade.</p>	<p>DPRE/CMC Entidades formadoras locais</p>	<p>Estrutural</p>	

**6 - Ações por eixo da ENIPSA**



A principal dificuldade de atua\u00e7\u00e3o na condi\u00e7\u00e3o de sem-abrigo reside na diversidade das pol\u00edticas a acionar e na dispers\u00e3o de responsabilidades por diferentes poderes p\u00fablicos. Para ser eficaz, a interven\u00e7\u00e3o deve integrar, entre outras, pol\u00edticas de ordenamento do territ\u00f3rio urbano e de constru\u00e7\u00e3o de habita\u00e7\u00e3o, pol\u00edticas sociais, emprego e sa\u00fade, incluindo a sa\u00fade mental.

## 7 - Estrutura Operacional



## 8 - Competências

### ➤ Grupo Coordenador do Planeamento da Intervenção com os Sem-Abrigo (GPISA)

O GPISA Integra o Serviço Local da Segurança Social, o ACES Cascais, nomeadamente a Unidade de Saúde Pública, O Clube Gaivotas da Torre – Associação Juvenil, O Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos, A Associação SER +, a Equipa de Tratamento do Eixo Oeiras Cascais do CRI, ARSLVT/DICAD, O Hospital de Cascais Dr.º José de Almeida através do Serviço Social, a AMI – Centro Porta Amiga de Cascais, os coordenadores das Equipas de Freguesia e a Câmara Municipal de Cascais (Divisão de Promoção de Saúde), sendo esta última, a entidade responsável pela coordenação do Grupo.

Cabe ao GPISA garantir e coordenar a execução do Plano, mobilizando os recursos necessários para o efeito e propondo a criação de novas respostas sociais, ou outras, de acordo com o maior conhecimento do fenómeno e das necessidades.

➤ **Equipas de Freguesia**

Às Equipas de Freguesia cabe gerir e acompanhar a distribuição da gestão dos casos das pessoas sem-abrigo da freguesia, assumindo um dos seus elementos a responsabilidade da gestão de casos, especificamente quando estes não têm gestor de caso já definido por força legal (ex. beneficiários RSI têm gestor atribuído no âmbito da lei).

Estas equipas devem remeter ao GPISA as situações para as quais já não tem capacidade de resposta, no sentido do encaminhamento para outra Equipa de Freguesia.

São formadas por técnicos da freguesia com competência para assumir a gestão de casos (*ver em anexo B as atribuições do Gestor de Caso*).

Reúnem quando necessário, em função das sinalizações que sejam realizadas, podendo pontualmente e em função dos casos a abordar, convidar outros agentes sociais para a reunião.

Cada uma das Equipas de Freguesia escolhe entre os seus elementos quem desempenhe a função de coordenação ficando este elemento responsável pela:

- marcação e dinamização das reuniões;
- contato para sinalizações por parte do GPISA;
- cedência de informação para a Base de Dados concelhia em articulação com os gestores dos casos;
- articulação entre equipa e GPISA;

Os coordenadores das Equipas de Freguesia, quando recebem uma sinalização, atuam no sentido de garantirem a realização da triagem e pré-diagnóstico da situação sinalizada (atendimento de 1ª linha).

Após o 1º atendimento, os coordenadores da Equipa de Freguesia levam a situação à respetiva equipa seguindo-se os trâmites normais consequentes.

Estas equipas são compostas por um elemento do Serviço Local Segurança Social, da Câmara Municipal de Cascais (Divisão de Promoção de Saúde e/ou Divisão de Intervenção Social), da Junta de Freguesia e de IPSS disponíveis para o efeito.

➤ **Outros Gestores de Caso**

Para além dos membros das Equipas de Freguesia, poderão ainda ter a Gestão de Casos outras entidades que no âmbito das suas funções ou competências específicas fazem atendimentos e acompanhamentos sociais a pessoas sem-abrigo.

➤ **Outros recursos específicos**

Os recursos específicos, organizações que apoiam direta e regularmente munícipes em situação de vulnerabilidade socioeconómica, são acionados pelos Gestores de Caso, em função das necessidades concretas das pessoas alvo de intervenção.

As respostas que prestam enquadram-se nas suas atribuições próprias ou no âmbito de protocolos em vigor nomeadamente com o banco alimentar, com o programa de apoio alimentar, Cascais Mais Solidário e Farmácias. Estão identificadas no Plano as entidades que, ao nível do Concelho ou numa freguesia específica, estão disponíveis para prestar as seguintes respostas:

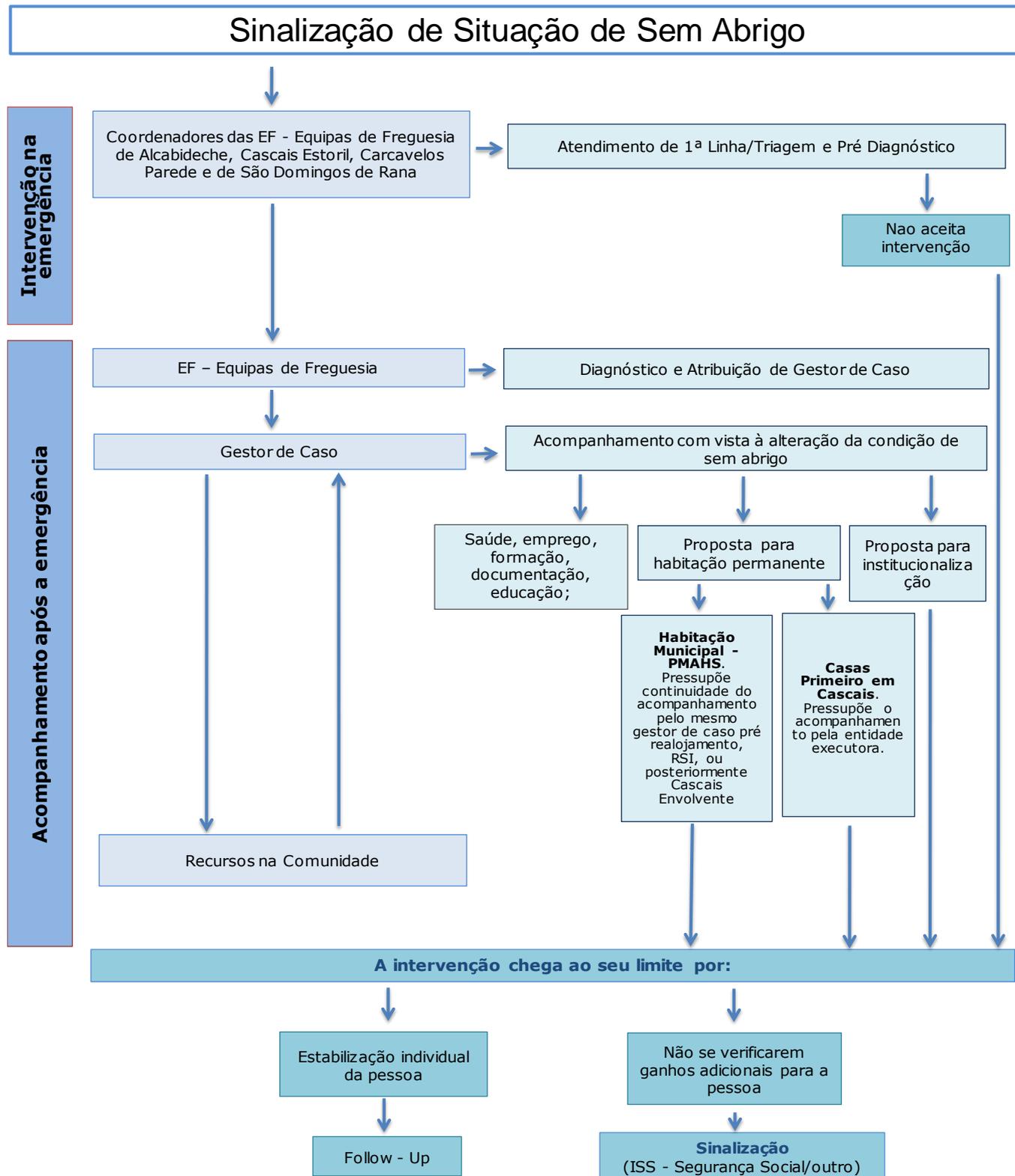
- Cuidados de higiene (banho)
- Alimentação confeccionada
- Bens alimentares não confeccionados
- Vestuário
- Apoios de farmácia
- Cuidados de saúde
- Prestações pecuniárias de emergência
- Alojamento de emergência
- Obtenção de documentação (Imigração)
- Apoio jurídico

- Limpeza de espaço público
- Retirada de animais
- Transporte

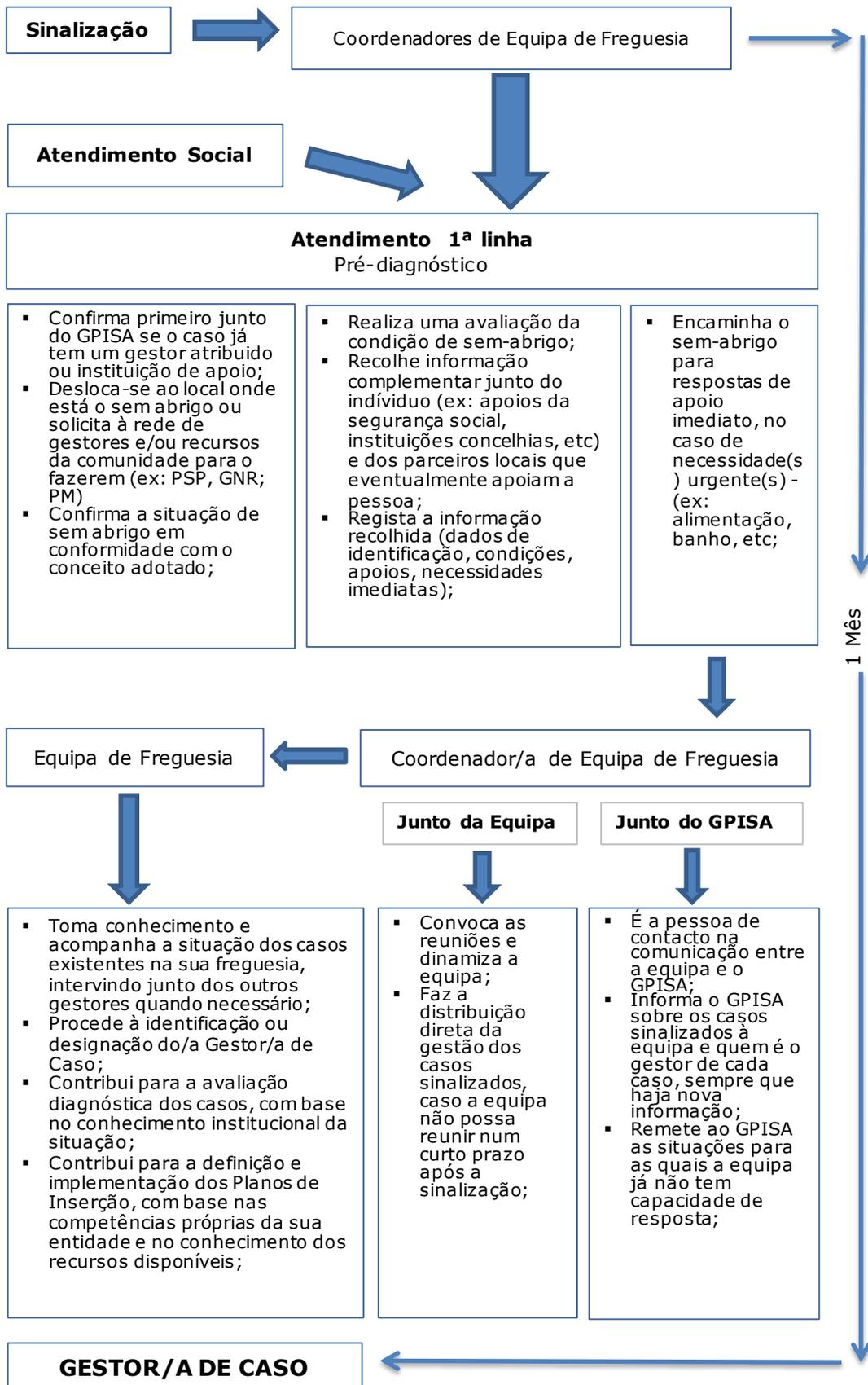
Em suma, compete a cada um destes:

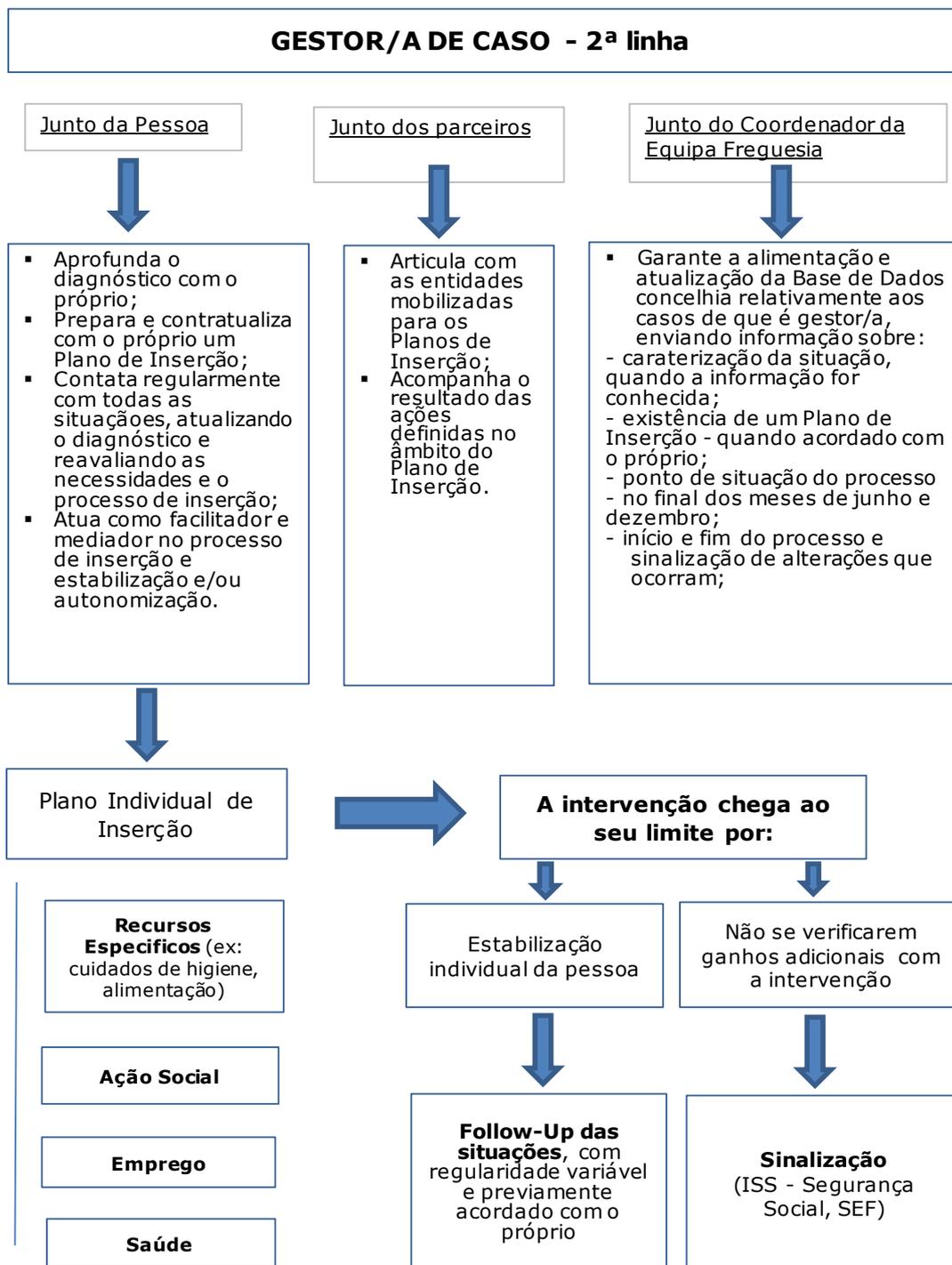
<b>Designação</b>	<b>Competências</b>
<b>GPISA</b> - Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-Abrigo	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Elaborar, coordenar, dinamizar e monitorizar o Plano;</li> <li>➤ Identificar e mobilizar recursos fundamentais à execução do Plano;</li> <li>➤ Gerir a informação a nível concelhio e articular com a estrutura nacional responsável pela ENIPSA;</li> <li>➤ Produzir e disseminar conhecimento sobre o fenómeno no concelho;</li> <li>➤ Assegurar a articulação com as Equipas de Freguesia.</li> </ul>
<b>EF</b> - Equipas de Freguesia + Outros Gestores de Caso	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Proceder à avaliação diagnóstica com base no pré diagnóstico, no conhecimento institucional da situação e aprofundamento com o próprio;</li> <li>➤ Proceder ao atendimento de 1ª Linha, realizando a triagem e o pré diagnóstico da situação sinalizada</li> <li>➤ Proceder à identificação ou designação do Gestor de Caso</li> <li>➤ Promover a implementação do Plano de Inserção</li> <li>➤ Alimentar o sistema de informação</li> </ul>
<b>REC</b> – Recursos Específicos da Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Assegurar as respostas necessárias à implementação do Plano de Inserção</li> </ul>

9 - Esquema de Procedimentos e de Atribuições na Intervenção



**Esquema de Procedimentos**





## 10 - Instrumentos

A base de dados comum revelou-se como extremamente importante na caracterização das pessoas sem-abrigo do Concelho e permitiu diagnosticar a prevalência do fenómeno e acompanhar a situação dos casos sinalizados. É pois, um instrumento essencial e a manter neste Plano.

A sua gestão é da responsabilidade do GPISA.

Aos gestores de caso compete reunir a informação necessária, sempre que possível, e enviá-la ao GPISA em ficheiro próprio, para alimentação e atualização da informação na base comum.

Os campos da base de dados correspondem às variáveis da base nacional, para a qual cada concelho deverá enviar informação, nomeadamente:

- Data da recolha de informação
- Nome e Niss
- Localidade e Freguesia
- Data nascimento e Género
- Nacionalidade e Naturalidade
- Tipo de agregado
- Rede de sociabilidade
- Alojamento anterior à situação de sem abrigo e duração
- Alojamento atual e duração
- Razões indicadas para a atual situação
- Atividade principal e Fonte de rendimento
- Habilitações escolares
- Problemas/ Necessidades de apoio
- Gestor de caso
- Entidades envolvidas
- Existência de Plano de inserção
- Situação do processo

São ainda disponibilizados outros instrumentos para as entidades que os pretendam utilizar ou para servir de guião sobre o tipo de informação relevante nos diversos momentos, nomeadamente:

- Instrumentos do processo individual (para registo dos processos e planeamento da intervenção);
  - a) Identificação
  - b) Diagnóstico
  - c) Plano de Intervenção
  - d) Encaminhamento
  
- Ficha de comunicação com o GPISA;

## 11-Rede de apoio e intervenção



### ➤ Equipas de Freguesia

#### ALCABIDECHE

- ▶ ISS, Serviço Local de Segurança Social – Isabel Rodrigues
- ▶ CMC/DIIS - Equipa da Adroana – Helena Vasco
- ▶ CMC/DIPS – Teresa Casaleiro - **Coordenação**
- ▶ Junta de Freguesia de Alcabideche – Lúcia Rodrigues
- ▶ Equipa RSI 1 – S. C. Misericórdia de Cascais – Carla Fernandes
- ▶ Equipa RSI 2 – S. C. da Misericórdia de Cascais – José Jorge
- ▶ Equipa RSI – Associação Jerónimo Usera – Inês Barbosa

#### CARCAVELOS PAREDE

- ▶ ISS, Serviço Local de Segurança Social – Sofia Paiva
- ▶ C. C. da Paróquia de Carcavelos – Filipe Silva - **Coordenação**
- ▶ Junta de Freguesia Carcavelos Parede - Maria do Céu Rito
- ▶ C. C. da Paróquia da Parede – Luísa Fêo e Torres
- ▶ Equipa RSI do C. C. P. Parede – Silvia Ferreira

#### CASCAIS ESTORIL

- ▶ ISS, Serviço Local de Segurança Social – Ana Cristina Duarte
- ▶ CMC/DIIS - Equipa de Cascais Estoril – Carlos Gaspar
- ▶ Equipa RSI Clube Gaivotas Torre – Alexandra Pereira;
- ▶ Junta de Freguesia Cascais Estoril – Isabel Santos; Sónia Pereira
- ▶ AMI, C. Porta Amiga Cascais – Marlene Pires da Silva
- ▶ CMC/DIPS – Helena Bila - **Coordenação**
- ▶ Centro Paroquial do Estoril/Boa Nova – Joana Gonçalves
- ▶ Equipa RSI Centro Paroquial Estoril – Marta Gonçalves
- ▶ Equipa RSI C. C. Sra. Da Boa Nova – Patrícia Charters

#### S. D. RANA

- ▶ ISS, Serviço Local da Seg. Social – Andrea Amaral
- ▶ CMC/DIIS – Equipa Zambujal – Eunice Carriço - **Coordenação**
- ▶ CMC/DIIS – Equipa Mato Cheirinhos – Liliana Bevan
- ▶ Equipas RSI – ABLA – Miriam Mateus
- ▶ Junta de Freguesia S. D. Rana – Manuela Primo

➤ **Outros gestores de caso**

NÍVEL CONCELHIO

- ▶ Associação SER+ – para pessoas com VIH/Sida - Ana Helena Nunes;
- ▶ Equipa de tratamento Eixo Oeiras-Cascais – para pessoas dependentes de substâncias psicoativas, em tratamento- Maria João Oliveira e Maria Helena Sousa;

**Recursos específicos com abrangência concelhia**

Em anexo D encontra-se a lista de contacto por entidades, para efeitos de operacionalização do Plano.

Designação	Obtenção de documentação (Imigração)	Apoio Jurídico	Cuidados de higiene (banho)	Alimentação confeccionada	Bens alimentares não confeccionados	Vestuário	Apoios de farmácia	Cuidados de saúde	Limpeza de espaço público	Retirada de animais	Alojamento de emergência	Prestações pecuniárias de emergência	Transporte
ISS- Serviço Local de Seg. Social													
ACES de Cascais													
Hospital de Cascais Dr. José de Almeida													
ARSLVT/DICAD -, Equipa do Eixo Oeiras-Cascais													
Equipa Saúde Mental Comunitária - CHLO													
Centro Porta Amiga da AMI													
Cáritas Delegação Lisboa													
CLAII - Cáritas													
CMC/ DIPS (EMAC e SVET)									(única)	(única)			
SER + (GADS)	HIV		HIV		HIV	HIV							HIV
Ass. Obras Assis. S. V. P. Conselho Particular													
CASA - Centro de Apoio aos Sem Abrigo													
Polícia Municipal													
SCMC - Centro Apoio Social do Pisão											Vaga frio/calor		

➤ **Recursos específicos com abrangência ao nível das freguesias**

<b>ALCABIDECHE</b>	<b>Obtenção de documentação (Imigração)</b>	<b>Apoio Jurídico</b>	<b>Cuidados de higiene (banho)</b>	<b>Alimentação confeccionada</b>	<b>Bens alimentares não confeccionados</b>	<b>Vestuário</b>	<b>Apoios de farmácia</b>	<b>Prestações pecuniárias de emergência</b>	<b>Transportes</b>
Associação Jerónimo Usera									
Conferência Vicentina Mártir São Vicente Alcabideche									
Conferência Vicentina Nossa Sra. de Fátima, Alvide									
Conferência Nossa Sra. Auxiliadora, Bicesse									
Conferência Vicentina sagrado Coração de Jesus, B <sup>o</sup> Cal. Gulbenkian									
Conferência Vicentina santa Iria e S. Mamede, Murches									
Conferência Vicentina Nossa Sra. Da Paz, Adroana									
SCMC – Residência Sénior Prof M <sup>a</sup> Ofélia									
Junta de Freguesia de Alcabideche									
Pólo da Conferência Vicentina Nossa Senhora Esperança, Manique									
GNR									
CMC/DIIS									

Informação não confirmada

<b>CARCAVELOS PAREDE</b>	<b>Obtenção de documentação (Imigração)</b>	<b>Apoio Jurídico</b>	<b>Cuidados de higiene (banho)</b>	<b>Alimentação confeccionada</b>	<b>Bens alimentares não confeccionados</b>	<b>Vestuário</b>	<b>Apoios de farmácia</b>	<b>Prestações pecuniárias de emergência</b>	<b>Transporte</b>
Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos									
Conferência Vicentina Nossa Sra. Dos Remédios, Carcavelos									
Fundação o Século									
PSP									
Centro Comunitário da Paroquia da Parede			Pon tual.						

**PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)**

Conferência Vicentina S. João de Brito, Parede									
Conferência Vicentina Imaculado Coração de Maria, Parede									
Conferência Vicentina São João Bosco, Murtal									
Junta de Freguesia Carcavelos Parede									
CMC/ DIIS									

Informação não confirmada

<b>CASCAIS ESTORIL</b>	<b>Obtenção de documentação (Imigração)</b>	<b>Apoio Jurídico</b>	<b>Cuidados de higiene (banho)</b>	<b>Alimentação confeccionada</b>	<b>Bens alimentares não confeccionados</b>	<b>Vestuário</b>	<b>Apoios de farmácia</b>	<b>Prestações pecuniárias de emergência</b>	<b>Transporte</b>
AMI									
Clube Gaivotas da Torre - Associação									
Conferência Vicentina Cascais – São Nuno de Santa Maria									
SCMC – Residência Sénior Prof M <sup>a</sup> Ofélia									
Junta de Freguesia Cascais Estoril									
PSP									
Centro Paroquial do Estoril									
Centro Comunitário Sra. Da Boa Nova (CPE)									
Conferência Vicentina Nossa Sra. Das Graças, S. João do Estoril									
Conferência Vicentina Nossa Sra. Da Esperança, Estoril									
S. C. M.C. – Casa Grande da Galiza									
Fundação O Século									
CMC/DIIS									

Informação não confirmada

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

<b>SÃO DOMINGOS RANA</b>	<b>Obtenção de documentação (Imigração)</b>	<b>Apoio Jurídico</b>	<b>Cuidados de higiene (banho)</b>	<b>Alimentação confeccionada</b>	<b>Bens alimentares não confeccionados</b>	<b>Vestuário</b>	<b>Apoios de farmácia</b>	<b>Prestações pecuniárias de emergência</b>	<b>Transporte</b>
Centro Social e Paroquial de S.D. Rana									
ABLA – Equipas RSI									
Conferência Vicentina da Abóboda									
Conferência Vicentina de São Domingos, S. D. de Rana									
Conferência Vicentina dos Sagrados corações de Jesus e Maria, Talaíde									
Conferência Vicentina Nossa Sra. De Assunção, Trajouce									
Grupo Solidariedade Justiça e Paz									
Fundação o Século									
Junta de Freguesia S. D. Rana									
Associação dos Idosos e Deficientes do Penedo									
Centro Comunitário de Tires									
PSP Trajouce									
CMC/DIIS									

Informação não confirmada

**12 - Lista de contatos**

ENTIDADE	PESSOA CONTACTO	TELEFONE	E-MAIL
CMC – GPISA Coordenação e Base de Dados/Informação	Teresa Casaleiro	21 481 57 80	<a href="mailto:teresa.casaleiro@cm-cascais.pt">teresa.casaleiro@cm-cascais.pt</a>
C. Comunitário da Paróquia de Carcavelos - Coordenação da Equipa de Freguesia Carcavelos Parede	Filipe Silva	21 457 89 52 96 965 20 59	<a href="mailto:filisilva77@hotmail.com">filisilva77@hotmail.com</a>
Coordenação Equipa de Freguesia Alcabideche	Teresa Casaleiro	21 481 57 80	<a href="mailto:teresa.casaleiro@cm-cascais.pt">teresa.casaleiro@cm-cascais.pt</a>
CMC/DIPS - Coordenação da Equipa de Freguesia Cascais Estoril	Helena Bila	21 481 52 52	<a href="mailto:helena.bila@cm-cascais.pt">helena.bila@cm-cascais.pt</a>
CMC/DIIS - Coordenação da Equipa de Freguesia S. Domingos de Rana	Eunice Carrigo	21 481 52 48 91 102 84 14	<a href="mailto:eunice.carrico@cm-cascais.pt">eunice.carrico@cm-cascais.pt</a>
Freguesia Carcavelos e Parede	M <sup>a</sup> do Céu Rito	21 458 89 10 – 3 <sup>a</sup> e 6 <sup>a</sup> (Carcavelos) 21 458 67 37 – 2 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup> (Parede)	<a href="mailto:mrito@jf-carcavelos.pt">mrito@jf-carcavelos.pt</a>
ABLA – Associação de Beneficência Luso Alemã – Equipas RSI	Miriam Mateus	21 093 51 44 21 093 51 76 91 094 33 91 (equipa)	<a href="mailto:ablamiriam@live.com.pt">ablamiriam@live.com.pt</a>
ACES de Cascais – Unidade de Saúde Pública	Barbara Jean Dixon	21 464 37 22	<a href="mailto:barbara.dixon@csparede.min-saude.pt">barbara.dixon@csparede.min-saude.pt</a>
AMI - Centro Porta Amiga	Marlene Pires da Silva	21 486 2434	<a href="mailto:marlene.silva@ami.org.pt">marlene.silva@ami.org.pt</a>
Clube Gaivotas da Torre - Associação	Renata Romaguera	21 484 1195 93 244 8673	<a href="mailto:cqavotasdatorre@gmail.com">cqavotasdatorre@gmail.com</a>
Clube Gaivotas da Torre - Equipe RSI	Alexandra Pereira	21 484 11 95 93 244 86 73	<a href="mailto:alexandra.rsi.cgt@gmail.com">alexandra.rsi.cgt@gmail.com</a>
Associação Jerónimo Usera – Geral	Inês Barbosa	21 482 14 42 96 400 19 58	<a href="mailto:ajusera@gmail.com">ajusera@gmail.com</a>
Ass. Manancial Aguas Vivas	Patrícia Alexandra Branco Pinto	21 446 76 40	<a href="mailto:ppicmav@hotmail.com">ppicmav@hotmail.com</a>
Centro Comunitário da Paróquia da Parede	Luísa Fêo e Torres	21 457 31 80	<a href="mailto:ltorres@ccpp-parede.pt">ltorres@ccpp-parede.pt</a> <a href="mailto:geral@ccpp-parede.pt">geral@ccpp-parede.pt</a>
Centro Comunitário da Paróquia Parede – Equipa RSI	Silvia Ferreira	21 457 31 80	<a href="mailto:sferreira@ccpp-parede.pt">sferreira@ccpp-parede.pt</a>
Centro Paroquial do Estoril	Joana Gonçalves	21 467 86 10	<a href="mailto:joana.goncalves@cpestoril.pt">joana.goncalves@cpestoril.pt</a> <a href="mailto:filipa.costasimoes@cpestoril.pt">filipa.costasimoes@cpestoril.pt</a>
Centro Comunitário Sra. da Boa Nova (CPE)	Joana Gonçalves	21 467 86 10	<a href="mailto:joana.goncalves@cpestoril.pt">joana.goncalves@cpestoril.pt</a> <a href="mailto:filipa.costasimoes@cpestoril.pt">filipa.costasimoes@cpestoril.pt</a>
Centro Comunitário Sra. Da Boa Nova (CPE) – Equipa RSI	Patrícia Charters	21 467 86 10	<a href="mailto:patricia.charters@cpestoril.pt">patricia.charters@cpestoril.pt</a>
Centro Paroquial do Estoril – Equipa RSI Sto António	Marta Gonçalves	21 468 67 97	<a href="mailto:marta.goncalves@cpestoril.pt">marta.goncalves@cpestoril.pt</a>
Centro Social e Paroquial de S. D. de Rana	Cristina Simões	21 454 90 40 91 935 77 90 (pessoal)	<a href="mailto:cristinasimoes@cspedr.pt">cristinasimoes@cspedr.pt</a>
Centro Comunitário de Tires	Sandra Afonso	21 444 2356 92 500 7415	<a href="mailto:sandra.afonso@cctires.org">sandra.afonso@cctires.org</a>
CLAII de Cascais	Helena Carvalheiro Inês Melo	21 457 06 53 92 540 14 94	<a href="mailto:claii.cascais@caritalisboa.pt">claii.cascais@caritalisboa.pt</a>
Cáritas Lisboa	Catarina Calado	21 457 00 75 92 540 14 08	<a href="mailto:coordenacao@caritalisboa.pt">coordenacao@caritalisboa.pt</a>
CMC/ DIIS - Equipa Cascais Estoril	Carlos Gaspar	21 481 52 59 91 868 62 60	<a href="mailto:carlos.gaspar@cm-cascais.pt">carlos.gaspar@cm-cascais.pt</a>
CMC/ DIIS – Equipa Trajouce/Matos Cheirinhos	Liliana Bevan	21 444 38 10 91 983 85 35	<a href="mailto:liliana.bevan@cm-cascais.pt">liliana.bevan@cm-cascais.pt</a>
CMC/ DIIS – Equipa Zambujal e Brejos	Susana Monteiro	21 481 52 48 91 102 84 14	<a href="mailto:susana.monteiro@cm-cascais.pt">susana.monteiro@cm-cascais.pt</a>
CMC/ DIIS - Equipa Adroana/ Cruz Vermelha	Helena Vasco	21 481 57 77	<a href="mailto:helena.vasco@cm-cascais.pt">helena.vasco@cm-cascais.pt</a>
Gr. Solidariedade Justiça e Paz	Laura Azevedo Pe Magalhães	21 444 02 04 21 444 13 19	<a href="mailto:geral@cctires.org">geral@cctires.org</a> <a href="mailto:paroquiatires@sapo.pt">paroquiatires@sapo.pt</a>
Fundação o Século	Mafalda Morgado	21 464 77 70	<a href="mailto:mafalda.morgado@oseculo.pt">mafalda.morgado@oseculo.pt</a>

**PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)**

Hospital de Cascais Dr. José de Almeida- Unidade de Psiquiatria e Saúde Mental	Luisa Paiva Delgado	21 465 30 00 962695094	<a href="mailto:luisapaivadelgado@hotmail.com">luisapaivadelgado@hotmail.com</a>
	Manuel Frade	93 515 12 33 91 108 48 00	<a href="mailto:manuel.punilhas.frade@hpphospitaldecascais.pt">manuel.punilhas.frade@hpphospitaldecascais.pt</a>
Hospital de Cascais Dr. José de Almeida – Serviço Social	Marta Sá Pessoa	92 576 55 07	<a href="mailto:marta.sa.pessoa@hpphospitaldecascais.pt">marta.sa.pessoa@hpphospitaldecascais.pt</a>
SER+ e Equipa. RSI	Ana Helena Nunes	21 481 41 30 91 755 34 88	<a href="mailto:sermais.org@gmail.com">sermais.org@gmail.com</a>
Equipa Saúde Mental Comunitária – Centro Hospital Lisboa Ocidental	Helena Rita	21 441 91 51	<a href="mailto:mbaiao@chlo.min-saude.pt">mbaiao@chlo.min-saude.pt</a>
E. T. Eixo Oeiras-Cascais CRI Lisboa Ocidental ARSLVT/DICAD	Maria João Oliveira	21 007 99 40	<a href="mailto:maria.oliveira@arslvt.min-saude.pt">maria.oliveira@arslvt.min-saude.pt</a>
ISS- Serviço Local de Segurança Social	Mariza Marques Fora horas expediente	21 158 97 91 144	<a href="mailto:mariza.s.marques@seg-social.pt">mariza.s.marques@seg-social.pt</a>
ISS- Serviço local - Freguesia Alcabideche	Isabel Rodrigues	21 158 97 85	<a href="mailto:Isabel.g.rodrigues@seg-social.pt">Isabel.g.rodrigues@seg-social.pt</a>
ISS- Serviço local – União Freguesias Carcavelos Parede	Sofia Paiva	21 158 97 85	<a href="mailto:sofia.p.paiva@seg-social.pt">sofia.p.paiva@seg-social.pt</a>
ISS- Serviço local – União Freguesias Cascais Estoril	Ana Cristina Duarte	21 158 97 85	<a href="mailto:ana.c.tomaz@seg-social.pt">ana.c.tomaz@seg-social.pt</a>
ISS- Serviço local - Freguesia S. D. Rana	Andrea Amaral	21 158 97 85	<a href="mailto:Andrea.r.amaral@seg-social.pt">Andrea.r.amaral@seg-social.pt</a>
Junta de Freguesia de Alcabideche	Lúcia Rodrigues	21 460 32 12 93 6573201 (serv)	<a href="mailto:lucia_rodrigues2@sapo.pt">lucia_rodrigues2@sapo.pt</a>
Junta de Freguesia de Cascais Estoril	Isabel Santos Sónia Pereira	21 486 31 17 96 877 27 38 (IS) 21 464 61 40 93 809 40 32	<a href="mailto:social@jf-cascaisestoril.pt">social@jf-cascaisestoril.pt</a> <a href="mailto:rosario@jf-cascaisestoril.pt">rosario@jf-cascaisestoril.pt</a>
Junta de Freguesia de São Domingos Rana	Maria Fernanda Gonçalves	96 808 49 08	<a href="mailto:presidente@jf-sdrana.pt">presidente@jf-sdrana.pt</a>
SCMC – Residência Sénior Prof M <sup>a</sup> Ofélia	Luís Lopes	21 460 45 80 91 878 69 02	<a href="mailto:luis.lopes@scmc.pt">luis.lopes@scmc.pt</a>
SCMC - Casa Grande da Galiza	Maria Gaivão	21 467 13 34 91 878 69 26	<a href="mailto:casa.grande@scmc.pt">casa.grande@scmc.pt</a>
SCMC - Centro de Apoio Social do Pisão	Anabela Gomes	21 469 11 87 91 878 69 01	<a href="mailto:anabela.gomes@scmc.pt">anabela.gomes@scmc.pt</a>
SCMC - Equipe RSI Alcabideche 1	Carla Fernandes	21 460 52 39 91 957 92 53	<a href="mailto:rsi.alcabideche@scmc.pt">rsi.alcabideche@scmc.pt</a>
SCMC - Equipe RSI Alcabideche 2	José Jorge	21 460 79 00 ext 470 91 958 22 27	<a href="mailto:rsi.alcabideche2@scmc.pt">rsi.alcabideche2@scmc.pt</a>
SSVP- Sociedade S. Vicente de Paulo	M <sup>a</sup> Manuela Salgado	21 468 33 33 96 135 36 14 (pessoal)	<a href="mailto:manuela.a.salgado@sapo.pt">manuela.a.salgado@sapo.pt</a>
SSVP- Conf. Vicentina da Parede - Imaculado Coração	Idalina Silva	961204886	<a href="mailto:Silva.idalina@sapo.pt">Silva.idalina@sapo.pt</a>
SSVP- Conf. Vicentina da Parede - S. João de Brito	António Astiã de Faria	21 457 41 13	<a href="mailto:familiafaria@oninetspeed.pt">familiafaria@oninetspeed.pt</a>
SSVP- Conferência Vicentina Alvide, Nossa Senhora de Fátima	Paula Marieiro	21 823 00 45 96 261 71 11	<a href="mailto:arturduque@hotmail.com">arturduque@hotmail.com</a>
SSVP – Conferência Vicentina Nossa Sra. Da Paz - Adroana	Maria Luisa França	21 467 19 84 91 971 80 36	<a href="mailto:luisafranca@sapo.pt">luisafranca@sapo.pt</a>
SSVP- Conf. Vicentina Bicesse - Nossa Senhora Auxiliadora	José Lago	21 469 03 53	<a href="mailto:concesse@gmail.com">concesse@gmail.com</a>
SSVP- Conf. Vicentina B <sup>o</sup> Cal. Gulbenkian - Mártir S. Vicente de Paulo	Jorge Santos	96 527 56 39	<a href="mailto:martirsaovicentealcabideche@gmail.com">martirsaovicentealcabideche@gmail.com</a>
SSVP- Conferência Vicentina Cascais - São Nuno de Santa Maria	Maria Adelaide Costa	91 984 02 47 (Pessoal)	<a href="mailto:Macosta999@gmail.com">Macosta999@gmail.com</a>
SSVP- Conferência Vicentina de Carcavelos	António Moreira	91 229 97 86	<a href="mailto:moreirasenior@netcabo.pt">moreirasenior@netcabo.pt</a>
SSVP- Conferência Vicentina de São Domingos Rana	António Pimentel	21 452 05 92 91 945 41 85	<a href="mailto:apimentel@netcabo.pt">apimentel@netcabo.pt</a>
SSVP- Conferência Vicentina S. João do Estoril - N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> das Graças	Maria Guilhermina Moreira	21 468 49 94	<a href="mailto:matildefrade@gmail.com">matildefrade@gmail.com</a>

## PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

SSVP- Conf. Vicentina de Talaíde - dos Sagrados Corações de Jesus e Maria	Manuela Fonseca	21 421 12 49	<a href="mailto:Manuelafonseca1946@gmail.com">Manuelafonseca1946@gmail.com</a>
SSVP- Conferência Vicentina de Trajouce – Nª Sª da Assunção	Conceição Barros	96 642 95 18	<a href="mailto:conferenciavicentinansa@gmail.com">conferenciavicentinansa@gmail.com</a>
SSVP- Conf. Vicentina do Estoril - Nª Sª da Esperança	Teresa Gouveia	21 468 18 84	teresadantas@sapo.pt
SSVP- Conf. Vicentina Murches	Celeste Gonçalves	21 487 24 43	<a href="mailto:Aisi_murches@sapo.pt">Aisi_murches@sapo.pt</a>
SSVP- Conferência Vicentina Murtal - S. João Bosco	M. Lurdes Soares	21 453 06 11	<a href="mailto:mlurdessoares@sapo.pt">mlurdessoares@sapo.pt</a>

\* Informação por confirmar

## ANEXOS

### **Anexo A- Requisitos Operacionais do Conceito de Sem Abrigo**

No sentido de clarificar alguns dos termos utilizados neste conceito, e facilitar a sua aplicação, indicam-se alguns requisitos operacionais do mesmo:

1 - Para além da questão da nacionalidade pode colocar-se a questão da regularização da situação no país de cidadãos estrangeiros. Para efeitos de enquadramento neste conceito, devem ser incluídas todas as situações de estrangeiros que correspondam a todas as outras condições, independentemente da situação de regularização em que se encontrem no país (situação irregular, visto de curta duração; autorização de residência temporária ou permanente<sup>17</sup>).

2 – Sem tecto:

- Espaço público – espaços de utilização pública como jardins, estações de metro/camionagem, paragens de autocarro, estacionamento, passeios, viadutos, pontes ou outros;
- Abrigo de emergência – qualquer equipamento que acolha, de imediato, gratuitamente e por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita;
- Local precário – local que, devido às condições em que se encontra permita uma utilização pública, tais como: carros abandonados, vãos de escada, entradas de prédios, fábricas e prédios abandonados, casas abandonadas ou outros.

3 – Sem casa:

- Alojamento temporário – Equipamento que acolha pessoas que, não tenham acesso a um alojamento permanente e que promova a sua inserção. Corresponde à resposta social da nomenclatura da Segurança Social, designada por “Centro de Alojamento Temporário: *“resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.”*

---

<sup>17</sup> A autorização de residência é um documento que é emitido sob a forma de um título de residência e que permite aos cidadãos estrangeiros residir em Portugal durante um certo período de tempo ou por tempo indeterminado. A actual lei considera residente legal o cidadão estrangeiro habilitado com título de residência em Portugal, de validade igual ou superior a um ano ([www.acidi.gov.pt](http://www.acidi.gov.pt))

Não se incluem neste tipo de alojamento, os equipamentos que constituem respostas específicas para determinadas problemáticas, tais como:

- Infância e juventude:
  - Lar de Apoio (guião técnico DGSS);
  - Centro de Acolhimento Temporário para Infância e Juventude (Lei n.º147/99 de 1 de Setembro; Guião técnico aprovado por Despacho do SEIS, e 29/11/96);
  - Lar de Infância e Juventude (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro; Decreto-Lei n.º2/86, de 2 de Janeiro; Guião técnico aprovado por despacho do SEIS, de 29/11/96);
  - Apartamento de Autonomização (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro; Decreto-Lei n.º2/86, de 2 de Janeiro);
- Pessoas Idosas
  - Centro de Noite (Orientação técnica, circular n.º12, de 25/06/04;guião técnico aprovado por despacho de 19 de Maio de 2004, do MSST);
  - Residência
  - Lar de Idosos (Despacho Normativo n.º12/98, de 25 de Fevereiro; Despacho n.º 9400/2001 do SESS, de 11 de Abril; Despacho n.º 7837/2002, de 16 de Abril; Despacho do MESS de 3/08/93;guião técnico aprovado por despacho do SEIS, de 29/11/96;orientação técnica, circular n.º 11, de 24/06/04);
- Pessoas Adultas com Deficiência
  - Lar Residencial;
- Pessoas Adultas em situação de Dependência
  - Unidade de Vida Protegida (Despacho conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio);
  - Unidade de Vida Autónoma (Despacho conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio);
  - Unidade de Vida Apoiada (Despacho conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio);
  - Unidades de Longa Duração e manutenção (Decreto-Lei n.º 101/2006 de 22 de Maio)

- Família e Comunidade em Geral
  - Centro de Apoio à Vida (Portaria n.º446/2004, de 30 de Abril; Orientação Técnica, Circular n.º14 de 25/06/04, guião técnico aprovado por despacho de 19 de Maio do MSST);
  - Comunidade de Inserção (Orientação Técnica, Circular n.º13 de 25/06/04, guião técnico aprovado por despacho de 19 de Maio do MSST);
- Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA
  - Residência para Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA
- Pessoas Toxicodependentes<sup>18</sup>
  - Apartamento de Reinserção Social (Lei n.º 17/98, de 21 de Abril; Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março; Despacho conjunto n.º 363/99, de 29 de Abril);
  - Comunidades Terapêuticas;
  - Centro de Acolhimento;
  - Centro de Abrigo;
- Pessoas Vítimas de Violência Doméstica
  - Casa Abrigo (Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto; Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro; Decreto Regulamentar n.º 1/2006, de 25 de Janeiro).

*Fonte: Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015*

## **Anexo B- Atribuições do gestor de caso:**

### Atribuições do Gestor de Caso

O gestor de caso é um técnico que faz parte de uma das entidades parceiras representadas no Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo. De acordo com o diagnóstico efectuado pela equipa multidisciplinar do centro de emergência ou das equipas de rua especializadas é definida, em reunião de Núcleo, a distribuição dos casos pelas diferentes entidades e respectivos gestores de caso.

Os gestores são os responsáveis pelo acompanhamento de todo o processo, serão o contacto próximo e privilegiado de cada pessoa sem-abrigo e definirão com ele as etapas a planear no seu percurso de inserção, identificando as acções prioritárias, em cada momento, que poderão contribuir para esse percurso, promovendo a articulação com as instituições e entidades que deverão ser envolvidas no mesmo.

Estes técnicos, que deverão ter formação na área das Ciências Sociais, devem acompanhar entre 15 a 20 situações no máximo, e manter contacto regular com todas as situações que acompanham, bem como com as respostas mobilizadas para esse acompanhamento.

Assim, em síntese, o gestor de caso:

- Defende os interesses da pessoa sem-abrigo em todas as situações (“*advocacy*”);
- Prepara em conjunto com a própria e contratualiza os planos individuais de inserção;
- Articula com todas as entidades envolvidas nos planos individuais de inserção
- É um facilitador e mediador no processo de inserção e autonomização;
- Actualiza o diagnóstico e avalia as necessidades e o processo de inserção
- Partilha informação pertinente com o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo, com vista ao controlo dos processos
- Acompanha a situação até que estejam criadas condições ao nível de inserção e autonomia relativamente às medidas específicas para pessoas sem-abrigo
- Encaminha as situações, no final do seu processo de acompanhamento para o serviço de atendimento social local
- Faz o *follow-up* das situações durante 3 anos

*Fonte: Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015*

### **Anexo C - Enquadramento do Plano no PDS – Plano de Desenvolvimento Social 2012-2015**

Ao definirmos este Plano como documento orientador do que se pretende realizar e atingir com a população sem-abrigo do concelho de Cascais, torna-se pertinente dar visibilidade à relação entre os objetivos e eixos do Plano e os objetivos e eixos do PDS – Plano de desenvolvimento Social de Cascais.

De forma a dar visibilidade a esta relação foi criada uma matriz de coerência dos objetivos onde através da atribuição de um valor numérico de zero (0) a três (3) se classifica de «sem relação» a «relação forte» a coerência entre objetivos. A atribuição dos nºs na matriz corresponde a uma cor, conforme a tabela 1 da página seguinte.

Ao interpretarmos a tabela 1 destacamos a relação forte entre os objetivos de Prevenção e de Qualificação do Plano relativamente aos objetivos integrados nos eixos do “Emprego/ocupação”, do eixo “Rendimento e acesso a bens e serviços”, e do eixo “Saúde”, do PDS. Pelo conhecimento que já temos acerca da problemática e da condição de sem-abrigo, sabemos que é a priori que devem ser feitos os maiores investimentos, quer financeiros quer de criação e/ou ampliação de respostas de qualidade e possibilidade de acesso às mesmas, que tendencialmente evitem a entrada numa situação de precariedade que leve, em última instância, à condição de sem-abrigo. Uma economia frágil no país proporciona maior vulnerabilidade económica e social na generalidade das famílias. Garantir o acesso de todos a uma educação/formação de qualidade, ao emprego, a bons serviços de saúde em geral e saúde mental e dos comportamentos aditivos em particular será o primeiro passo para a prevenção da situação de sem-abrigo e a diminuição de novas sinalizações que necessitem de intervenção a posterior. Sabemos também que a existência de entidades e serviços com respostas ágeis e de qualidade em áreas como a violência doméstica, o endividamento pessoal e familiar, a deficiência e outras, vão permitir diminuir o surgimento de pessoas e famílias em situações extremas que conduzam a percursos de rua.

Relativamente aos Objetivos de Intervenção do Plano e sua relação com os eixos e os objetivos do PDS, podemos perceber uma menor homogeneidade e o aumento da especificidade. Mais do que um tipo de relação em maioria entre objetivos do Plano e eixos do PDS surge uma coerência entre objetivos do Plano e objetivos específicos dos eixos do PDS. Aqui, 5 objetivos de intervenção dos 6 propostos no Plano apresentam uma relação forte relativamente ao eixo “Saúde” do PDS, 4 apresentam uma relação fraca com os eixos da “Informação” e “Cultura e Lazer” e os 6 não apresentam qualquer relação com o eixo do “Consumo”.

## PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

	Objetivos PDS	Eixos e Objetivos do Plano Concelhio para a Integração de Pessoas Sem Abrigo 2014-2018						
		Eixo do conhecimento	Eixo da Qualificação da Intervenção				Eixo da Prevenção	
		Promover o conhecimento sobre a dimensão e natureza do fenómeno	Realizar uma intervenção integrada em situação de rua e ao nível do acompanhamento das pessoas sem-abrigo	Garantir a existência de gestores de caso nas situações sinalizadas	Garantir a definição e implementação de planos individuais de intervenção, com base numa avaliação diagnóstica	Garantir respostas de alojamento permanente e à medida, com base na natureza e diversidade das situações de sem abrigo, reduzindo as formas mais severas.	Promover a autonomização das situações de sem abrigo alvo de intervenção;	Promover a melhoria da qualidade dos serviços e respostas para pessoas sem-abrigo;
Emprego/ Ocupação	A1. Apoiar o acesso ao emprego de grupos com maiores dificuldades de inserção socioprofissional							
	B1. Promover o direito ao emprego / ocupação, reconhecendo as competências individuais							
	C1. Aumentar a oferta formativa em consonância com as necessidades do mercado de trabalho e adequada ao perfil dos jovens							
Rendimento e acesso a bens e serviços	D1. Aumentar a responsabilidade social das organizações e da sociedade em geral							
	A2a. Alargar a cobertura das respostas sociais e promover a equidade no acesso às mesmas							
	A2b. Qualificar as respostas sociais existentes e introduzir novos modelos de gestão							
	A2c. Assegurar o acesso aos bens essenciais							
Habitação e Habitat	D2. Promover o empreendedorismo e a economia social							
	A3. Promover o acesso à habitação de qualidade							
	B3. Promover a integração social através da qualificação de espaços de vivência							
	C3. Promover espaços públicos acessíveis e seguros que facilitem a sua apropriação							
Saúde	D3. Criar mecanismos que promovam a organização e participação dos municípios e das organizações locais na gestão do território							
	A4a. Alargar e adequar a resposta na área da saúde mental							
	A4b. Promover o acesso à saúde							
	A4c. Promover ações de prevenção na área da saúde junto de grupos vulneráveis, incluindo a saúde em meio escolar							
	B4. Prevenir os maus-tratos e negligência nos grupos vulneráveis							
	C4a. Promover a autonomia das pessoas dependentes, em meio natural de vida							
Consumo	C4b. Promover estilos de vida saudável e autocontrolo do estado de saúde							
	C5. Prevenir e apoiar situações de sobre-endividamento pessoal e familiar							
	A6a. Aumentar o nº de crianças em creche e educação pré-escolar							
Educação	A6b. Apoiar crianças e jovens com necessidades educativas especiais e com dificuldades de aprendizagem							
	C6. Promover competências pessoais e sociais através de iniciativas de educação não formal							
	D6. Promover a educação para a cidadania							
Informação	A7. Promover o acesso às tecnologias de informação de grupos específicos							
	B7. Respeitar e valorizar as diferenças socioculturais e necessidades individuais, na forma como se disponibiliza informação							
	C7. Facilitar o acesso à informação que promova a autonomia e desenvolvimento pessoal, familiar e ocupacional							
Cultura e lazer	D7. Facilitar o acesso à informação que promova a participação cívica							
	A8. Promover o acesso à cultura e a atividades de lazer de grupos específicos e vulneráveis							
	C8. Promover atividades culturais e de lazer ao nível do desenvolvimento individual e comunitário							
	D8. Apoiar iniciativas da comunidade que promovam a cultura e o espírito comunitário							

Tabela 1 – Matriz de Coerência dos objectivos; 0-Sem relação; 1-Relação fraca; 2-Relação média; 3-Relação forte;

Apesar da importância que tem na atualidade o acesso à informação e à cultura e lazer, os objetivos de intervenção do Plano não se direcionam prioritariamente para estes eixos do PDS. Ainda assim é valorizada, a “facilitação do acesso à informação que promova a autonomia e o desenvolvimento pessoal, familiar e ocupacional” e o “respeitar e valorizar as diferenças socioculturais e necessidades individuais, na forma como se disponibiliza a informação”, com atribuição de relação média. Já vimos aquando da descrição dos 10 princípios orientadores para a definição de políticas e de medidas de intervenção com as pessoas sem-abrigo, da importância de ter em consideração a especificidade dos percursos individuais que definem necessidades diferentes na atual situação.

Todos os objetivos de intervenção do Plano, valorizam como prioritário o objetivo A1 (Apoiar o acesso ao emprego de grupos com maiores dificuldades de inserção socioprofissional) do eixo “Emprego/ocupação”, A2c (Assegurar o acesso aos bens essenciais) do eixo “Rendimento e acesso a bens e serviços” e A3 (Promover o acesso à habitação de qualidade) do eixo “Habitação e habitat” do PDS. Também 5 objetivos dos 6 priorizam o objetivo do PDS A2a (Alargar a cobertura das respostas sociais e promover a equidade no acesso às mesmas) do eixo “Rendimento e acesso a bens e serviços”.

Podemos destacar então que os objetivos de intervenção do Plano Concelhio para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2014-2018 pretendem responder às necessidades individuais de cada pessoa sem-abrigo de uma forma integrada e tendo em consideração todas as dimensões da vida (habitação, emprego, saúde, rendimento e acesso a bens essenciais como seja alimentação, higiene e medicação).

A implementação destes objetivos depende diretamente das entidades com competências próprias como seja o Serviço Local da Segurança Social, o ACES Cascais, a Autarquia e Juntas de Freguesia, mas também de outras entidades do concelho sem competências específicas para a problemática mas com recursos humanos, logísticos e outros que permitem a intervenção direta com pessoas sem-abrigo. Ao concretizar estes objetivos o Plano responde e contribui para o desenvolvimento social do concelho de Cascais.



PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Utente	Atendimento	Ident. problemas	Estratégia / Projectos	Emprego	Transporte adaptado / Banco alimentar	Melhor Saúde / Teleassistência	Ajudas técnicas	Sem abrigo I	Sem abrigo II	Sem abrigo III
--------	-------------	------------------	------------------------	---------	---------------------------------------	--------------------------------	-----------------	--------------	---------------	----------------

Entidade	Tipo de agregado / Actividade principal / Fontes de rendimento	Alojamento	Razão para a situação actual / Redes de sociabilidade
----------	--	------------	---

Sem abrigo

Entidade que informa

A entidade é gestora do caso ou sabe quem acompanha

A entidade apoia a pessoa

Entidade gestora caso

Nome do gestor

Outras entidades envolvidas na resposta

Plano de intervenção

Situação do processo

Data da situação

Dificuldades / necessidade de resposta

Último contacto

Situação face ao ISS

Pedido de habitação

Inactivo

Observações

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Utente	Atendimento	Ident. problemas	Estratégia / Projectos	Emprego	Transporte adaptado / Banco alimentar	Melhor Saúde / Teleassistência	Ajudas técnicas	Sem abrigo I	Sem abrigo II	Sem abrigo III
Entidade		Tipo de agregado / Actividade principal / Fontes de rendimento			Alojamento	Razão para a situação actual / Redes de sociabilidade				
<p>Tipo de agregado</p> <input type="checkbox"/> Sozinho/a sem crianças <input type="checkbox"/> Sozinho/a com crianças    Quantidade: <input type="text"/> <input type="checkbox"/> Casal sem crianças <input type="checkbox"/> Casal com crianças    Quantidade: <input type="text"/> <input type="checkbox"/> Outro tipo de agregado			<p>Actividade principal</p> <input type="checkbox"/> Emprego remunerado <input type="checkbox"/> Emprego apoiado <input type="checkbox"/> Trabalho voluntário <input type="checkbox"/> Formação profissional ou escolar <input type="checkbox"/> Desempregado/a <input type="checkbox"/> Reformado/a <input type="checkbox"/> Sem actividade			<p>Fonte de rendimento</p> <input type="checkbox"/> Salário de trabalho <input type="checkbox"/> Pensão de velhice ou invalidez <input type="checkbox"/> Rendimento social de inserção <input type="checkbox"/> Outro tipo de benefícios <input type="checkbox"/> Bolsa de estudo <input type="checkbox"/> Esmolas <input type="checkbox"/> Prostituição <input type="checkbox"/> Outros tipos de rendimento <input type="checkbox"/> Nenhum rendimento				
Registo: 14    1 de 1    Sem Filtro    Procurar										





Utente	Atendimento	Ident. problemas	Estratégia / Projectos	Emprego	Transporte adaptado / Banco alimentar	Melhor Saúde / Teleassistência	Ajudas técnicas	Sem abrigo I	Sem abrigo II	Sem abrigo III
--------	-------------	------------------	------------------------	---------	---------------------------------------	--------------------------------	-----------------	--------------	---------------	----------------

**Ficha de avaliação diagnóstica**

Condicionantes/necessidades prioritárias (I)		(II)	(III) / Recursos e expectativas	Processos/intervenções em curso ou recentes (I)		(II) / Informações complementares
--	--	------	---------------------------------	---	--	-----------------------------------

Código	<input type="text"/>	<b>Condicionantes / necessidades prioritárias</b>		Alojamento	<input type="checkbox"/>
Gestor(a) do caso	<input type="text"/>	<b>Económicas</b>	<input type="checkbox"/>	/ local de pemoita	<input type="checkbox"/>
Ident. da equipa de freguesia	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>	(Sobre)endividamento	<input type="checkbox"/>	Sem condições de higiene pessoal
Diagnóstico iniciado a	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>	Quanto <input type="text"/>	<input type="checkbox"/>	Constitui perigo para a saúde pública
1.º actualização	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>	A quem <input type="text"/>	<input type="checkbox"/>	Construção sem condições de segurança
2.º actualização	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Outro <input type="text"/>
3.º actualização	<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>	Necessidade de apoio pontual	<input type="checkbox"/>	Segurança
		<input type="checkbox"/>	Valor <input type="text"/>	<input type="checkbox"/>	Vitima de agressão
		<input type="checkbox"/>	Finalidade <input type="text"/>	<input type="checkbox"/>	De quem <input type="text"/>
		<input type="checkbox"/>	Insuficiência alimentar	<input type="checkbox"/>	Potencial agressor
		<input type="checkbox"/>	Salários em atraso	<input type="checkbox"/>	Agressor com acesso a armas de fogo
		<input type="checkbox"/>	N.º meses <input type="text"/>	<input type="checkbox"/>	Outro <input type="text"/>
		<input type="checkbox"/>	Insuficiência ou ausência de Protecção Social (subsídios)		
		<input type="checkbox"/>	Qual <input type="text"/>		
		<input type="checkbox"/>	Outro <input type="text"/>		

Registo: 14 < 1 de 1 > Sem Filtro Procurar

Utente	Atendimento	Ident. problemas	Estratégia / Projectos	Emprego	Transporte adaptado / Banco alimentar	Melhor Saúde / Teleassistência	Ajudas técnicas	Sem abrigo I	Sem abrigo II	Sem abrigo III
--------	-------------	------------------	------------------------	---------	---------------------------------------	--------------------------------	-----------------	--------------	---------------	----------------

**Ficha de avaliação diagnóstica**

Condicionantes/necessidades prioritárias (I)	(II)	(III) / Recursos e expectativas	Processos/intervenções em curso ou recentes (I)	(II) / Informações complementares
--	------	---------------------------------	---	-----------------------------------

<p><b>Pessoais e familiares</b> <input type="checkbox"/></p> <p><input type="checkbox"/> Foi afastado da família</p> <p><input type="checkbox"/> Afastou-se da família</p> <p><input type="checkbox"/> Problemas de paternidade / maternidade</p> <p><input type="checkbox"/> Dificuldade nas relações inter-pessoais / gestão de conflitos</p> <p><input type="checkbox"/> Ausência de relações sociais</p> <p><input type="checkbox"/> Incapacidade de aproveitar / gerir recursos existentes</p> <p><input type="checkbox"/> Outro <input type="text"/></p>	<p><b>Saúde</b> <input type="checkbox"/></p> <p><input type="checkbox"/> Doença(s) incapacitante(s)</p> <p><input type="text"/></p> <p>Grau <input type="text"/></p> <p>Limitação <input type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> Adições <input type="text"/></p> <p>Grau de dependência <input type="text"/></p> <p>Tentativas de tratamento <input type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> Mental <input type="text"/></p> <p>Grau <input type="text"/></p> <p>Limitação <input type="text"/></p> <p>Acompanhada por (serviço) <input type="text"/></p>	<p><input type="checkbox"/> Dependente de terceiros</p> <p>Responsável(eis) <input type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> Gravidez de risco</p> <p><input type="checkbox"/> Outro <input type="text"/></p> <p><b>Emprego</b> <input type="checkbox"/></p> <p><input type="checkbox"/> Desemprego</p> <p>Desde <input type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> Risco de desemprego</p> <p>Quando <input type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> Precaridade</p> <p>Situação <input type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> Falta de hábitos de trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Baixa qualificação profissional</p> <p><input type="checkbox"/> Outro <input type="text"/></p>
--	---	---

Registo: 14 < 1 de 1 > | Sem Filtro | Procurar

Utente	Atendimento	Ident. problemas	Estratégia / Projectos	Emprego	Transporte adaptado / Banco alimentar	Melhor Saúde / Teleassistência	Ajudas técnicas	Sem abrigo I	Sem abrigo II	Sem abrigo III
--------	-------------	------------------	------------------------	---------	---------------------------------------	--------------------------------	-----------------	--------------	---------------	----------------

**Ficha de avaliação diagnóstica**

Condicionantes/necessidades prioritárias (I)	(II)	(III) / Recursos e expectativas	Processos/intervenções em curso ou recentes (I)	(II) / Informações complementares
--	------	---------------------------------	---	-----------------------------------

<p><input checked="" type="checkbox"/> Justiça</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Ex-recluso    Liberdade a <input type="text"/></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> A cumprir pena a favor da comunidade</p> <p>Onde <input type="text"/></p> <p>Horário <input type="text"/></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Processo a decorrer / aguarda julgamento</p> <p>Motivo <input type="text"/></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Delinquência</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="text"/></p> <p>Documentação <input checked="" type="checkbox"/></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Imigrante em situação irregular</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Documentação caducada</p> <p>Qual <input type="text"/></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Documentação inexistente</p> <p>Qual <input type="text"/></p>	<p>Outros <input checked="" type="checkbox"/> <input type="text"/></p> <p>Recursos e expectativas</p> <p>Recursos internos</p> <p>Competências de vida</p> <input type="text"/> <p>Interesses a mobilizar</p> <input type="text"/> <p>Qualificações / formações técnico-profissionais</p> <input type="text"/> <p>Recursos externos</p> <p>Rede de suporte / rede social de apoio a mobilizar</p> <input type="text"/> <p>Recursos físicos / materiais a que tem acesso</p> <input type="text"/> <p>Expectativas pessoais <input type="text"/></p>
--	--

Registo: 14 < 1 de 1 > | Sem Filtro | Procurar

Utente	Atendimento	Ident. problemas	Estratégia / Projectos	Emprego	Transporte adaptado / Banco alimentar	Melhor Saúde / Teleassistência	Ajudas técnicas	Sem abrigo I	Sem abrigo II	Sem abrigo III																																							
<p><b>Ficha de avaliação diagnóstica</b></p> <p> <input type="checkbox"/> Condicionantes/necessidades prioritárias (I)                 <input type="checkbox"/> (II)                 <input type="checkbox"/> (III) / Recursos e expectativas                 <input type="checkbox"/> Processos/intervenções em curso ou recentes (I)                 <input type="checkbox"/> (II) / Informações complementares             </p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Protecção social</th> <th>N.º de processo e técnicos de referência e observações</th> <th>Saúde</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><input type="checkbox"/> ISS - AS</td> <td></td> <td><input type="checkbox"/> Centro de saúde</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> ISS - RSI</td> <td></td> <td><input type="checkbox"/> Hospital</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> CMC</td> <td></td> <td><input type="checkbox"/> Intervenção precoce</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Junta de freguesia</td> <td></td> <td><input type="checkbox"/> Saúde mental</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Centro social</td> <td></td> <td><input type="checkbox"/> Adições</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> CPCJ</td> <td></td> <td><input type="checkbox"/> Outro</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Outro</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <th>Emprego / formação</th> <th></th> <th>Habitação</th> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Centro de emprego</td> <td></td> <td><input type="checkbox"/> CMC</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Centro de formação</td> <td></td> <td><input type="checkbox"/> EMGHA</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> GIP</td> <td></td> <td><input type="checkbox"/> Outro</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Outro</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											Protecção social	N.º de processo e técnicos de referência e observações	Saúde	<input type="checkbox"/> ISS - AS		<input type="checkbox"/> Centro de saúde	<input type="checkbox"/> ISS - RSI		<input type="checkbox"/> Hospital	<input type="checkbox"/> CMC		<input type="checkbox"/> Intervenção precoce	<input type="checkbox"/> Junta de freguesia		<input type="checkbox"/> Saúde mental	<input type="checkbox"/> Centro social		<input type="checkbox"/> Adições	<input type="checkbox"/> CPCJ		<input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Outro			Emprego / formação		Habitação	<input type="checkbox"/> Centro de emprego		<input type="checkbox"/> CMC	<input type="checkbox"/> Centro de formação		<input type="checkbox"/> EMGHA	<input type="checkbox"/> GIP		<input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Outro		
Protecção social	N.º de processo e técnicos de referência e observações	Saúde																																															
<input type="checkbox"/> ISS - AS		<input type="checkbox"/> Centro de saúde																																															
<input type="checkbox"/> ISS - RSI		<input type="checkbox"/> Hospital																																															
<input type="checkbox"/> CMC		<input type="checkbox"/> Intervenção precoce																																															
<input type="checkbox"/> Junta de freguesia		<input type="checkbox"/> Saúde mental																																															
<input type="checkbox"/> Centro social		<input type="checkbox"/> Adições																																															
<input type="checkbox"/> CPCJ		<input type="checkbox"/> Outro																																															
<input type="checkbox"/> Outro																																																	
Emprego / formação		Habitação																																															
<input type="checkbox"/> Centro de emprego		<input type="checkbox"/> CMC																																															
<input type="checkbox"/> Centro de formação		<input type="checkbox"/> EMGHA																																															
<input type="checkbox"/> GIP		<input type="checkbox"/> Outro																																															
<input type="checkbox"/> Outro																																																	
<p>Registo: 14 &lt; 1 de 1 &gt; Sem Filtro Procurar</p>																																																	

Utente	Atendimento	Ident. problemas	Estratégia / Projectos	Emprego	Transporte adaptado / Banco alimentar	Melhor Saúde / Teleassistência	Ajudas técnicas	Sem abrigo I	Sem abrigo II	Sem abrigo III
--------	-------------	------------------	------------------------	---------	---------------------------------------	--------------------------------	-----------------	--------------	---------------	----------------

**Ficha de avaliação diagnóstica**

Condicionantes/necessidades prioritárias (I)	(II)	(III) / Recursos e expectativas	Processos/intervenções em curso ou recentes (I)	(II) / Informações complementares
--	------	---------------------------------	---	-----------------------------------

<p><b>Educação</b></p> <p><input type="checkbox"/> Escola</p> <p><input type="checkbox"/> Outro</p> <p><b>Justiça</b></p> <p><input type="checkbox"/> DGRS</p> <p><input type="checkbox"/> Violência doméstica</p> <p><input type="checkbox"/> Outro</p> <p><b>Outra</b></p> <p><input type="checkbox"/> Outra</p>	<p><b>Informações complementares</b></p>
--	--

Registo: 14 < 1 de 1 > > > Sem Filtro Procurar

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Utente	Atendimento	Ident. problemas	Estratégia / Projectos	Emprego	Transporte adaptado / Banco alimentar	Melhor Saúde / Teleassistência	Ajudas técnicas	Sem abrigo I	Sem abrigo II	Sem abrigo III																																							
<p><b>Plano de intervenção</b></p> <p> <input type="button" value="Objectivos prioritários"/> <input type="button" value="Compromissos"/> <input type="button" value="Ponto de situação da(s) acção(ões)"/> <input type="button" value="Proposta de resposta(s) a criar"/> </p> <table border="1"> <tr> <td>Código</td> <td><input type="text"/></td> <td>Objectivos prioritários</td> </tr> <tr> <td>Gestor(a) do caso</td> <td><input type="text"/></td> <td>Objectivo I <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>Ident. da equipa de freguesia</td> <td><input type="text"/></td> <td>Meta I <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>Plano definido</td> <td><input type="text"/></td> <td>Objectivo II <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>1.º actualização</td> <td><input type="text"/></td> <td>Meta II <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>2.º actualização</td> <td><input type="text"/></td> <td>Objectivo III <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>3.º actualização</td> <td><input type="text"/></td> <td>Meta III <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Objectivo IV <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Meta IV <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Objectivo V <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Meta V <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Objectivo VI <input type="text"/></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Meta VI <input type="text"/></td> </tr> </table>											Código	<input type="text"/>	Objectivos prioritários	Gestor(a) do caso	<input type="text"/>	Objectivo I <input type="text"/>	Ident. da equipa de freguesia	<input type="text"/>	Meta I <input type="text"/>	Plano definido	<input type="text"/>	Objectivo II <input type="text"/>	1.º actualização	<input type="text"/>	Meta II <input type="text"/>	2.º actualização	<input type="text"/>	Objectivo III <input type="text"/>	3.º actualização	<input type="text"/>	Meta III <input type="text"/>			Objectivo IV <input type="text"/>			Meta IV <input type="text"/>			Objectivo V <input type="text"/>			Meta V <input type="text"/>			Objectivo VI <input type="text"/>			Meta VI <input type="text"/>
Código	<input type="text"/>	Objectivos prioritários																																															
Gestor(a) do caso	<input type="text"/>	Objectivo I <input type="text"/>																																															
Ident. da equipa de freguesia	<input type="text"/>	Meta I <input type="text"/>																																															
Plano definido	<input type="text"/>	Objectivo II <input type="text"/>																																															
1.º actualização	<input type="text"/>	Meta II <input type="text"/>																																															
2.º actualização	<input type="text"/>	Objectivo III <input type="text"/>																																															
3.º actualização	<input type="text"/>	Meta III <input type="text"/>																																															
		Objectivo IV <input type="text"/>																																															
		Meta IV <input type="text"/>																																															
		Objectivo V <input type="text"/>																																															
		Meta V <input type="text"/>																																															
		Objectivo VI <input type="text"/>																																															
		Meta VI <input type="text"/>																																															
<p>Registo: 14 &lt; 1 de 1 &gt;   Sem Filtro   Procurar</p>																																																	

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Utente	Atendimento	Ident. problemas	Estratégia / Projectos	Emprego	Transporte adaptado / Banco alimentar	Melhor Saúde / Teleassistência	Ajudas técnicas	Sem abrigo I	Sem abrigo II	Sem abrigo III
--------	-------------	------------------	------------------------	---------	---------------------------------------	--------------------------------	-----------------	--------------	---------------	----------------

**Plano de intervenção**

Objectivos prioritários | Compromissos | Ponto de situação da(s) acção(ões) | Proposta de resposta(s) a criar

**Compromissos**

Acções a realizar pelo/a(s) próprio/a(s)

N.º	Descrição da acção	Início	Fim
I			
II			
III			
IV			
V			
VI			

Acções a realizar pelos serviços

N.º	Descrição da acção	Entidade e técnico(a) responsável	Início	Fim
I				
II				
III				
IV				
V				
VI				

Registo: 14 < 1 de 1 > | Sem Filtro | Procurar

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Utente	Atendimento	Ident. problemas	Estratégia / Projectos	Emprego	Transporte adaptado / Banco alimentar	Melhor Saúde / Teleassistência	Ajudas técnicas	Sem abrigo I	Sem abrigo II	Sem abrigo III
--------	-------------	------------------	------------------------	---------	---------------------------------------	--------------------------------	-----------------	--------------	---------------	----------------

**Plano de intervenção**

Objectivos prioritários	Compromissos	Ponto de situação da(s) acção(ões)	Proposta de resposta(s) a criar
-------------------------	--------------	------------------------------------	---------------------------------

		Nã iniciada	A decorrer com algumas condicionantes internas ao próprio	A decorrer com condicionantes internas aos serviços	A decorrer conforme previsto	Concluída
A realizar pelo/a(s) próprio/a(s)	I	<input type="checkbox"/>				
	II	<input type="checkbox"/>				
	III	<input type="checkbox"/>				
	IV	<input type="checkbox"/>				
	V	<input type="checkbox"/>				
	VI	<input type="checkbox"/>				
A realizar pelo(s) serviço(s)	I	<input type="checkbox"/>				
	II	<input type="checkbox"/>				
	III	<input type="checkbox"/>				
	IV	<input type="checkbox"/>				
	V	<input type="checkbox"/>				
	VI	<input type="checkbox"/>				

Reuniões de acompanhamento entre o/a gestor/a de caso e o/a próprio/a

Feedback

Evidências

Registo: 14 < 1 de 1 > | Sem Filtro | Procurar

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2014-2018 (PLANO)

Utente	Atendimento	Ident. problemas	Estratégia / Projectos	Emprego	Transporte adaptado / Banco alimentar	Melhor Saúde / Teleassistência	Ajudas técnicas	Sem abrigo I	Sem abrigo II	Sem abrigo III
--------	-------------	------------------	------------------------	---------	---------------------------------------	--------------------------------	-----------------	--------------	---------------	----------------

**Plano de intervenção**

Objectivos prioritários	Compromissos	Ponto de situação da(s) acção(ões)	Proposta de resposta(s) a criar
-------------------------	--------------	------------------------------------	---------------------------------

Descrição da(s) resposta(s)

Recurso(s) a envolver

Registo: 14 < 1 de 1 > | Sem Filtro | Procurar

**Anexo E – Instrumentos**

**E1 – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO SEM ABRIGO**



Código do processo: \_\_\_\_\_/20\_\_

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO SEM-ABRIGO**

*(No caso de não existir outra ficha da entidade que atendeu ou processo familiar do ISS)*

MORADA ou LOCAL ONDE USUALMENTE PERNOITA \_\_\_\_\_

LOCALIDADE: \_\_\_\_\_ FREGUESIA \_\_\_\_\_

TELEMÓVEL : \_\_\_\_\_

PESSOA DE CONTACTO: Nome \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Tml \_\_\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO**

NOME	DATA DE NASC.	NATURALIDADE	NACIONALIDADE

**OUTROS DADOS**

NISS	BI/ AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA	SEXO		HABILITAÇÕES	OCUPAÇÃO – QUAL?
		F	M		

**Tipo de Agregado**

- Sozinho(a) sem crianças
- Sozinho(a) com crianças – Quantas? \_\_\_\_\_
- Casal sem crianças
- Casal com crianças – Quantas? \_\_\_\_\_
- Outro tipo de agregado

**Alojamento actual**

- Sem tecto (em espaço público / na rua)
- Comunidade de inserção
- Pensão
- Atelier Ocupacional

Em alojamentos não convencionais por falta de habitação (viaturas, caravanas, edifícios não-convencionais, estruturas temporárias)

**Duração:**

- Menos de 2 meses
- 2 a 6 meses
- 6 meses a 1 ano
- 1 a 3 anos
- 3 a 5 anos
- Mais de 5 anos

**Razão(ões) indicada(s) pela pessoa sem-abrigo para a sua situação actual**  
(várias respostas possíveis)

- Despejo por falta de pagamento de renda/falta de pagamento de prestação bancária
- Fim contrato / Casa desadequada / Falta de casa
- Ruptura familiar / Conflito familiar / morte
- Perda de emprego / desemprego
- Violência
- Pessoais (necessidade de apoio / problemas aditivos/saúde)
- Financeiras (dívidas)
- Desinstitucionalização / Forças armadas
- Imigração
- Desalojamento por força maior (fogo, inundação etc.).
- Outras razões – Quais \_\_\_\_\_

**Alojamento anterior à da recolha desta informação e duração desse alojamento**

- Em casa própria (arrendada ou como proprietário)
- Sem tecto (em espaço público / na rua)
- Em alojamento de emergência (abrigos nocturnos)
- Em alojamento temporário para sem-abrigo
- Em casas abrigo para vítimas de violência doméstica
- Em instituição (saúde, prisão)
- Em alojamentos não convencionais por falta de habitação (viaturas, caravanas, edifícios não-convencionais, estruturas temporárias)
- Em casa de amigos ou familiares (por falta de habitação)

**Duração:**

- Menos de 2 meses
- 2 a 6 meses
- 6 meses a 1 ano
- 1 a 3 anos
- 3 a 5 anos
- Mais de 5 anos

**Redes de sociabilidade**

- Instituições – Quais? \_\_\_\_\_
- Técnicos – Quem? \_\_\_\_\_
- Família – Quem? Onde? \_\_\_\_\_
- Vizinhos – Quem? Onde? \_\_\_\_\_
- Amigos – Quem? Onde? \_\_\_\_\_
- Comerciantes – Quem? Onde? \_\_\_\_\_
- Outros. – Quem? Onde? \_\_\_\_\_

**Atividade principal**

- Emprego remunerado - Qual? \_\_\_\_\_
- Emprego apoiado – Qual? \_\_\_\_\_
- Trabalho voluntário – Qual? \_\_\_\_\_
- Formação profissional ou escolar– Qual? Onde? \_\_\_\_\_
- Desempregado (mas com capacidade para trabalhar) \_\_\_\_\_
- Reformado \_\_\_\_\_
- Sem atividade por Doença crónica/Deficiência \_\_\_\_\_

**Fonte de Rendimento**

- Salário trabalho
- Pensão de velhice ou invalidez
- Rendimento Social de inserção
- Outro tipo de benefícios
- Bolsa de estudo
- Esmolas
- Prostituição
- Outro tipo de rendimento – Qual? \_\_\_\_\_
- Nenhum rendimento

**Habilitações Literárias**

- Sem escolaridade
- 1º Ciclo completo
- 1º Ciclo incompleto
- 2º Ciclo completo
- 2º Ciclo incompleto
- 3º Ciclo completo
- 3º Ciclo incompleto

- Ensino secundário completo
- Ensino secundário incompleto
- Ensino superior
- Formação Profissional

**Problemas / Necessidades de apoio**

- Saúde Física
  - Deficiência \_\_\_\_\_
  - Outros problemas físicos \_\_\_\_\_
  
- Saúde Mental
  - Doença mental (diagnosticada) \_\_\_\_\_
  
- Consumos de substâncias Psicoativas e Dependências
  - Álcool (diagnosticado) \_\_\_\_\_
  - Substâncias ilícitas (diagnosticadas) \_\_\_\_\_
  - Policonsumos (diagnosticado) \_\_\_\_\_
  
- Outras dependências
  - Jogo \_\_\_\_\_
  - Medicamentos \_\_\_\_\_
  - Tabaco \_\_\_\_\_
  - Outras \_\_\_\_\_
  
- Financeiro - dívidas
- Falta de ocupação / formação
- Experiência de abuso doméstico

**Antigo combatente?**

- Sim \_\_\_\_\_
- Não \_\_\_\_\_

## E2 – FICHA DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA



Código do processo: \_\_\_\_\_ / 20\_\_

### FICHA DE AVALIAÇÃO DIAGNOSTICA

Gestor/a do caso (nome e entidade) \_\_\_\_\_

Identificação da equipa de freguesia \_\_\_\_\_

Diagnóstico iniciado a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

1ª actualização \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_      2ª actualização \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_      3ª actualização \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

#### A - CONDICIONANTES / NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

##### Económicas

- (Sobre)Endividamento - **quanto e a quem:** \_\_\_\_
- Necessidade de apoio pontual - **valor e finalidade:** \_\_\_\_
- Insuficiência alimentar
- Salários em atraso - **nº de meses:** \_\_\_\_
- Insuficiência ou ausência de Protecção Social (subsídios) - **qual?** \_\_\_\_
- Outro - **qual?** \_\_\_\_

##### Alojamento / local de pernoita

- Sem condições de higiene pessoal
- Constitui perigo para a saúde pública
- Construção sem condições de segurança
- Outro - **qual?** \_\_\_\_

##### Segurança

- Vítima de agressão - De quem
- Potencial agressor
- Agressor com acesso a armas de fogo
- Outro - **qual?** \_\_\_\_

##### Pessoais e familiares

- Foi afastado da família
- Afastou-se da família
- Problemas de paternidade / maternidade
- Dificuldade nas relações inter-pessoais / gestão de conflitos
- Ausência de relações sociais
- Incapacidade de aproveitar/ gerir recursos existentes
- Outro - **qual?** \_\_\_\_

**Saúde**

Doença(s) incapacitante(s) - **qual(is)?** \_\_\_\_  
 Grau da incapacidade / tipo de limitação: \_\_\_\_

Adições - **qual(is)?** \_\_\_\_  
 Grau de dependência: \_\_\_\_  
 Nº de tentativas anteriores de tratamento: \_\_\_\_

Doença mental/ Psiquiátrica - Qual(is): \_\_\_\_  
 Grau da incapacidade / tipo de limitação \_\_\_\_  
 Acompanhada por (serviço): \_\_\_\_

Dependente de terceiros - **Responsável(is) pela prestação de cuidados :**

Gravidez de risco  
 Outro - **qual?** \_\_\_\_

**Emprego**

Desemprego - **data de início** \_\_\_\_  
 Risco de desemprego - **para quando** \_\_\_\_  
 Precariedade - **qual a situação** \_\_\_\_  
 Falta de hábitos de trabalho  
 Baixa qualificação profissional  
 Outro - **qual?** \_\_\_\_

**Justiça**

Ex-recluso(a) - **data de liberdade** \_\_\_\_  
 A cumprir pena a favor da comunidade - **onde e horário** \_\_\_\_  
 Processo a decorrer / aguarda julgamento - **motivo** \_\_\_\_  
 Delinquência  
 Outro - **qual?** \_\_\_\_

**Documentação**

Imigrante em situação irregular  
 Documentação caducada - **qual?** \_\_\_\_  
 Documentação inexistente - **qual?** \_\_\_\_

**Outros**

**Quais ?** \_\_\_\_

**B - RECURSOS E EXPECTATIVAS**

**1- Recursos Internos**

Competências de vida

--

Interesses a mobilizar

--

Qualificações/ Formações técnico-profissionais

--

**2 - Recursos externos**

Rede de suporte/ rede social de apoio a mobilizar

--

Recursos físicos/ materiais a que tem acesso

--

**3 - Expectativas pessoais**

--

**C – PROCESSOS/ INTERVENÇÕES EM CURSO OU RECENTES**

		✓	Nº de processo e técnicos de referência e observações
Proteção Social	ISS - AS		
	ISS - RSI		
	CMC		
	Junta F.		
	Centro Social		
	CPCJ		
	Outro - Qual		
Emprego / Formação	Centro Emp.		
	C. Formação		

	GIP		
	Outro - Qual		
Saúde	C. Saúde		
	Hospital		
	Interv Precoce		
	Saúde mental		
	Adições		
	Outro - Qual		
Habitação	CMC		
	Cascais Envolvente		
	Outro		
Educação	Escola		
	Outro - Qual		
Justiça	DGRS		
	Violência Dom		
	Outro - Qual		
Outra	Qual		

**D - Informações complementares**

**Assinaturas**

Gestor/a de caso

O próprio

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Autoriza a partilha informação

### E3 – PLANO DE INTERVENÇÃO



Código do processo: \_\_\_\_\_ / 20\_\_

### PLANO DE INTERVENÇÃO

Gestor/a do caso (nome e entidade) \_\_\_\_\_

Identificação da equipa de freguesia \_\_\_\_\_

Plano definido a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

1ª atualização \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_    2ª atualização \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_    3ª atualização \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

#### **A - OBJECTIVOS PRIORITÁRIOS**

Objetivo/ Meta 1

Objetivo/ Meta 2

Objetivo/ Meta 3

Objetivo/ Meta 4

Objetivo/ Meta 5

Objetivo/ Meta 6

--

**B - COMPROMISSOS**

**1 - Ações a realizar pelo/a(s) próprio/a(s)**

Nº	Descrição da ação	Início	Fim prev
A1			
A2			
A3			
A4			
A5			
A6			

**2 - Ações a realizar pelos serviços**

Nº	Descrição da ação	Entidade e técnico(a) responsável (contacto)	Início	Fim Prev.
B1				
B2				
B3				
B4				
B5				
B6				

....

**C - FOLLOW UP**

**1 - Ponto de situação das ações**

(preencher com a data)

	Não iniciada	A decorrer com algumas condicionantes internas ao próprio	A decorrer com condicionantes internas aos serviços	A decorrer conforme previsto	Concluída
A1					
A2					
A3					
A4					

A5					
A6					
...					
B1					
B2					
B3					
B4					
B5					
B6					
...					

**2 - Reuniões de acompanhamento entre o/a gestor de caso e o próprio**

Data	Feedback do próprio / Observações do/a gestor

**3 - Feedback/ informações das entidades de recurso**

Data	

**4 - Evidências relativas ao sucesso no alcance dos objetivos**

Data


**D - PROPOSTA DE RESPOSTAS A CRIAR** – a enviar ao GPISA  
(respostas “à medida” – não existentes)

Nº                      Descrição da resposta                      Recursos a envolver

P1		
P2		
P3		

.....

**Assinaturas**

Gestor/a de caso \_\_\_\_\_

Responsáveis pela execução das acções

Entidade

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

O próprio \_\_\_\_\_

Autoriza a partilha

**E4 – FICHA DE ENCAMINHAMENTO**



**FICHA DE ENCAMINHAMENTO**

Encaminhamento para:
A/c técnico/a:

Entidade de origem:	
Técnico/a que atendeu:	
Tel:	Mail:

Nome da pessoa/ encaminhada:
NISS:

Situação continua a ser acompanhada pela entidade de origem  Sim  Não

Resposta(s) necessária(s) a prestar pela entidade para onde é encaminhado

--

Fundamentação e informação recolhida

--

Juntam-se \_\_\_\_ anexos

Data do encaminhamento: \_\_\_\_\_

Assinatura do/a técnico/a que encaminha

\_\_\_\_\_

A preencher pela entidade receptora

Foi possível dar resposta

foi possível dar resposta. Porquê?

--

Assinatura do/a técnico/a que recebe

\_\_\_\_\_

## E5 – FICHA DE INFORMAÇÃO AO GPISA



### FICHA DE INFORMAÇÃO AO GPISA

**Informação fornecida por** (nome e entidade):

**Nome do munícipe:**

**Tipo de informação:**

- Início de processo como Gestor de Caso
- Não foi possível estabelecer contacto com a pessoa \*
- Contacto estabelecido, mas não é possível elaborar diagnóstico \*
- Diagnóstico realizado, mas não é possível acordar Plano de Inserção \*
- Plano de Inserção acordado, mas não é possível implementá-lo \*
- Acompanhamento suspenso \*
- Acompanhamento terminado \*

**\* Fundamentação:**

Data: \_\_\_\_\_